

Hypermarcas S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

1	Informações gerais.....	3
2	Resumo das principais políticas contábeis.....	4
3	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	20
4	Gestão do risco financeiro	21
5	Gestão de capital.....	26
6	Estimativa do valor justo (Consolidado).....	26
7	Contabilidade de cobertura (<i>Hedge Accounting</i>).....	28
8	Instrumentos financeiros por categoria (Consolidado)	29
9	Qualidade do crédito dos ativos financeiros	30
10	Caixa e equivalentes de caixa	31
11	Contas a receber.....	31
12	Estoques.....	32
13	Tributos a recuperar	32
14	Outros ativos.....	32
15	Operações descontinuadas	33
16	Investimentos	34
17	Propriedades para investimentos.....	36
18	Imobilizado	36
19	Intangível	37
20	Fornecedores.....	39
21	Cessão de créditos por fornecedores.....	40
22	Empréstimos, financiamentos e debêntures	40
23	Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	42
24	Tributos a recolher	44
25	Contas a pagar.....	44
26	Títulos a pagar	45
27	Contingências passivas	45
28	Capital social e reservas.....	50
29	Receita	55
30	Composição das contas de resultado.....	55
31	Lucro por ação	56
32	Compromissos	57
33	Cobertura de seguros	57
34	Transações com partes relacionadas	58
35	Eventos subsequentes	61

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Hypermarcas S.A. (“Companhia”), com sede em São Paulo-SP, é uma Companhia brasileira de produtos de marcas de saúde e bem-estar, com atuação focada em medicamentos.

A Companhia detém um dos mais completos portfólios do país, com presença nos principais segmentos farmacêuticos do mercado brasileiro e liderança em medicamentos isentos de prescrição médica (OTC) e similares, além de participação crescente em genéricos e posição de destaque em produtos de prescrição. Entre as principais marcas, destacam-se Addera D3, Alivium, Benegrip, Biotônico Fontoura, Doril, Engov, Epocler, Histamin, Lisador, Polaramine, Predsim, Rinosoro, Torsilax e Neo Química.

A produção de mercadorias é substancialmente realizada nas controladas Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. e Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A., situadas no Estado de Goiás. Seu principal centro de distribuição está localizado em Anápolis-GO.

A Companhia conta ainda com uma ampla estrutura de vendas e distribuição com abrangência nacional. Seus produtos são distribuídos em todo o território brasileiro, diretamente a varejistas ou indiretamente, via distribuidores e atacadistas.

Por uma década – de 2001 até 2011 – a Hypermarcas realizou diversas aquisições de empresas com ativos atrativos e marcas fortes, em posição de liderança em seus mercados de atuação. Os principais alvos, nesse período, foram sobretudo negócios familiares ou ativos não estratégicos de grupos multinacionais no Brasil.

Desde 2011, após uma fase de rápida consolidação dos mercados farmacêuticos e de bens de consumo no Brasil, a Companhia direcionou seu foco para o aproveitamento de sinergias a partir da integração dos negócios adquiridos e a busca de maior eficiência operacional.

Em 2015, passou a focar no negócio de saúde e bem-estar, anunciando a venda do negócio de Cosméticos para a Coty, em transação finalizada em 01 de fevereiro de 2016, e a venda do negócio de Preservativos para a Reckitt, em transação finalizada em 04 de outubro de 2016. A Hypermarcas também anunciou em 2015 a disponibilização para venda do seu negócio de Descartáveis e chegou em acordo de alienação para a Ontex em dezembro de 2016, em transação com previsão para ser finalizada no primeiro trimestre de 2017.

Como consequência, os três negócios citados acima passaram a ser reportados como Ativos mantidos para venda e Operações Descontinuadas a partir do exercício social de 2015.

Atualmente a Hypermarcas tem estratégia voltada ao crescimento sustentável com geração contínua de valor para seus acionistas, com base em marcas fortes, operações eficientes e de baixo custo, além de organização ágil e com foco em resultados.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos e passivos financeiros, que foram mensurados ao valor justo, por meio do resultado.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de fevereiro de 2017.

a. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

b. Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas em IFRS, eliminando essa diferença entre o BR GAAP e o IFRS.

c. Operações descontinuadas

As operações descontinuadas decorrentes de componentes que foram baixados ou classificados como mantido para venda são divulgados nas demonstrações financeiras, separado do restante das operações da Companhia:

- i) Demonstração do resultado – As receitas e despesas de operações descontinuadas e os ganhos e perdas resultantes das baixas de ativo mantidos para venda, são apresentados em uma única rubrica “Resultado de Operações Descontinuadas”, líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.
- ii) Os ativos e passivos relacionados a operações descontinuadas são apresentadas no ativo e passivo circulantes, separadamente dos outros ativos e passivos do balanço patrimonial.

O detalhamento das referidas operações descontinuadas está descrito na Nota 15.

d. *Novas Normas e Interpretações ainda não efetivas*

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 15 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro.

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com a IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a

mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

(iii) Classificação - Passivos Financeiros

A IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

(iv) Contabilidade de hedge

A IFRS 9 exigirá que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o novo modelo, é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge.

A Companhia utiliza contratos de câmbio a termo para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos e compras de estoques em moeda estrangeira.

Com a adoção da IFRS 9, a Companhia poderá optar para contabilizar mudanças no valor justo do elemento futuro separadamente, como custo de hedge. Nesse caso, essas mudanças seriam reconhecidas em ORA e acumuladas em uma reserva de custo de hedge como um componente separado dentro do patrimônio líquido e contabilizadas posteriormente da mesma forma que os ganhos e perdas acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa.

De acordo com a IAS 39, para todos os hedges de fluxo de caixa, os valores acumulados nas reservas de hedge de fluxo de caixa são reclassificados para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados do objeto de hedge afetam o resultado. Contudo, de acordo com a IFRS 9, para hedges de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados às compras previstas de ativos não-financeiros, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa e na reserva de custo de hedge serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não-financeiro quando este for reconhecido.

(v) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
 - ✓ A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
 - ✓ A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR.
 - ✓ A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como VJORA.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

(i) Transição

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Companhia deve aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019. A Companhia ainda não determinou qual a abordagem de transição irá aplicar.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.

- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Os investimentos são substancialmente detidos em empresas controladas, que são entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais (Nota 16). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia não possui investimentos em coligadas, porém, possui investimento em *Joint Venture* que não é consolidado, mas avaliado pelo método de equivalência patrimonial conforme CPC 36(R3).

Transações entre a Companhia e suas controladas, saldos e ganhos não realizados em transações são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.3. Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos).

2.4. Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas em que a Companhia detém investimento são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais – R\$, que é também a moeda funcional da Companhia e de suas investidas, todas localizadas no Brasil.

b. *Transações e saldos*

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

2.6. Instrumentos financeiros não derivativos

2.6.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e, empréstimos e recebíveis. Não existem instrumentos financeiros classificados como disponível para a venda e investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

b. *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

c. *Outros passivos financeiros*

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos

de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial estes passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Para os passivos financeiros a Companhia reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um passivo financeiro ocorre quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O ganho ou a perda resultante são contabilizados no resultado do período no resultado financeiro.

2.8. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.9. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.10. Intangíveis

a. Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “Intangível” no consolidado e como investimento na controladora. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento de negócio.

b. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição.

Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável.

Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

Além das marcas próprias adquiridas em combinação de negócio, a Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado.

	Anos
Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças	5-12
Licenças de funcionamento	2 anos e meio

c. Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

d. Pesquisas e desenvolvimento de produtos

Os gastos com pesquisas, quando incorridos, são registrados diretamente no resultado. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após

o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 5 anos.

2.11. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	30-50
Máquinas e equipamentos	26-28
Veículos	9-10
Móveis e utensílios	17-20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras despesas/receitas operacionais líquidas” na demonstração do resultado.

2.12. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio,

que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC, e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.13. Ativos e Passivos mantidos para venda

Os ativos e passivos não circulantes mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado e propriedade para investimento, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

2.14. Propriedade para investimentos

A propriedade para investimento é mensurada pelo método do custo.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	30-50
Máquinas e equipamentos	26-28

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

2.15. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a

pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16. Cessão de crédito por fornecedores

Alguns fornecedores têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de “cessão de crédito”, haja vista que o título será pago à instituição financeira e não mais ao fornecedor.

2.17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas a instituições financeiras, a título de custo de captação, são diferidas até que ocorra a efetiva operação. Quando houver probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Instrumentos financeiros compostos (os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido) emitidos pela Companhia compreendem debêntures com bônus de subscrição que podem ser convertidas em capital social à opção do titular, sendo que o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível.

O componente de patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é mensurado novamente após o reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expira.

Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.18. Provisões e demais passivos, exceto empréstimos, financiamentos e debêntures

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25 e também as garantias contratuais das aquisições de empresas.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. Os títulos a pagar indexados por variação cambial e sem taxas de juros são contabilizados aos seus valores presentes conforme CPC 12.

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

2.19. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou outros resultados abrangentes.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas na data do balanço e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Os impostos de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais

correntes e quando o imposto de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

2.20. Benefícios a empregados

a. Remuneração com base em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date).

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal), ou alienação de ações em tesouraria quando as opções são exercidas.

b. Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que também considera o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

c. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.21. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

Ações em tesouraria

A compra de ações do capital da própria Companhia tem o seu valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos dos efeitos tributários), deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos

efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. Os ganhos ou perdas resultantes das transações são apresentados como reserva de capital.

2.22. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, no consolidado líquido das eliminações das vendas entre empresas controladas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma possa ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Receita com venda de produtos e mercadorias

As vendas dos produtos e mercadorias são reconhecidas quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são substancialmente transferidos ao comprador, as disposições de aceitação tenham sido acordadas e o comprador tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda e não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos.

2.23. Arrendamentos

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas nos contratos ou vida útil dos dois o menor.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos destes arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.24. Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (Lucro por ação).

2.25. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual. Além disso, dividendos podem ser pagos com utilização do lucro auferido com base nas informações trimestrais da Companhia.

Esses dividendos intercalares trimestrais não poderão exceder os valores contabilizados nas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos intercalares será compensado

com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos intercalares tenham sido pagos.

2.26. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Julgamentos contábeis críticos

Vida útil das marcas

Dada a estratégia de negócio e os investimentos efetuados, incluindo propaganda e publicidade para fortalecimento e durabilidade das marcas, a administração avalia que uma estimativa de limite previsível para a vida útil das marcas pode não ser adequado. Assim, as marcas não são amortizadas, mas são avaliadas por *impairment*, a fim de assegurar que seus valores contábeis não ultrapassem os valores de realização.

3.2. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios, estão contempladas abaixo.

a. Perda (impairment) estimada em ágio e marcas e patentes

A Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nas contas de ágio e de marcas e patente, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 19).

b. Alocação de valor justo nas combinações de negócios

A Companhia efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos do CPC 15 (Combinação de negócios) e identifica os itens em que considera necessária a contratação de peritos externos independentes, os quais são contratados para apoio na avaliação do valor justo desses referidos itens.

c. Vida útil de ativos imobilizados

A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações registradas, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada. (Nota 18).

d. Realização de tributos diferidos

A realização dos créditos de imposto de renda diferidos é avaliada a partir de estudos técnicos

aprovados pelo Conselho de Administração com base no planejamento orçamentário.

e. Valores justos de derivativos e programa de opção de ações (Stock Options)

As estimativas de valor justo de instrumentos derivativos e das opções de ações são baseadas em modelos consolidados no mercado, conforme divulgado nas Nota 28 ((c) para as opções) e Nota 4 ((f) Derivativos) e tais modelos vem sendo aplicados de maneira uniforme ao longo dos períodos apresentados.

4 Gestão do risco financeiro

a. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado incluindo risco de moeda, de valor justo, de taxa de juros, de fluxo de caixa, de preço, de crédito e de liquidez.

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

b. Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

	Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015	
	US\$ mil	R\$ mil	US\$ mil	R\$ mil
Ativo				
Contas a receber	(11)	(37)	(181)	(716)
Passivo				
Fornecedores	14.646	47.666	2.289	9.060
Cessão de crédito por fornecedores	40.249	130.995	42.619	168.790
Empréstimos e financiamentos	101.799	331.304	685.313	2.714.183
Instrumentos derivativos que mitigam riscos	(158.559)	(516.029)	(726.563)	(2.877.554)
Exposição líquida	<u>(1.876)</u>	<u>(6.101)</u>	<u>3.477</u>	<u>13.763</u>

c. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, títulos, debêntures e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indexadores em seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos.

No quadro a seguir está apresentada a exposição a risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação do CDI, TJLP e TR:

	31 de dezembro de 2016	
	Controladora	Consolidado
Empréstimo financiamentos e Swaps CDI	331.470	331.470
Financiamento TJLP	72.668	72.668
Financiamento TR	47.919	153.600
Títulos a Pagar CDI	20.548	20.548
Aplicações financeiras (Nota 10)	(691.610)	(1.324.488)
Exposição líquida	(219.005)	(746.202)

d. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e operações compromissadas, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha com classificação de *rating* descritas na Nota 9 (Qualidade do crédito dos ativos financeiros).

e. Risco de liquidez

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e linhas de crédito disponíveis são suficientes para financiar os compromissos financeiros e pagamentos de dividendos no futuro.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Esses valores não fecham com o balanço patrimonial em virtude de ser uma estimativa.

Consolidado – 2016					
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Debêntures	109.165	99.104	-	-	208.269
Empréstimos e financiamentos	56.429	377.118	127.338	153.640	714.525
Títulos a pagar	37.590	-	-	-	37.590
Fornecedores	124.901	-	-	-	124.901
Cessão de créditos por fornecedores	173.386	-	-	-	173.386
Contas a pagar	164.396	1.599	-	-	165.995
Instrumentos financeiros derivativos	(200.625)	(23.968)	-	-	(224.593)
	<u>465.242</u>	<u>453.853</u>	<u>127.338</u>	<u>153.640</u>	<u>1.200.073</u>

Consolidado – 2015					
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Debêntures	520.138	658.969	1.175.964	-	2.355.071
Empréstimos e financiamentos	455.179	977.583	452.880	1.593.818	3.479.460
Títulos a pagar	41.865	-	-	-	41.865
Fornecedores	69.191	-	-	-	69.191
Cessão de créditos por fornecedores	223.812	-	-	-	223.812
Contas a pagar	1.286.555	6.139	-	-	1.292.694
Instrumentos financeiros derivativos	(59.104)	(410.235)	(211.941)	-	(681.280)
	<u>2.537.636</u>	<u>1.232.456</u>	<u>1.416.903</u>	<u>1.593.818</u>	<u>6.780.813</u>

f. Derivativos

No ano de 2016 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos de termo de moeda (Dólar x Real) e Swap Cambial.

As referidas operações em aberto foram realizadas para proteger as oscilações de passivos denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de empréstimos e financiamentos e fornecedores. Elas não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculadas (vide análise de sensibilidade na letra (b) a seguir).

Em 31 de dezembro de 2016, as operações de instrumentos derivativos contratadas pela Companhia totalizaram R\$ 561.029 (Em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 2.967.554) no consolidado e R\$ 370.846 (Em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 2.841.034) na controladora. Os resultados das operações ainda não liquidadas representaram ganhos no valor de R\$ 333.680 (Em 31 de dezembro de 2015 ganhos de R\$ 500.370) no consolidado e ganhos no valor de R\$ 351.626 (Em 31 de dezembro de 2015 ganhos de R\$ 500.425) na controladora.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, essas operações podem ser resumidas conforme tabela a seguir:

Controladora

Tipo	Contrapartes	Valor de Referência (nocional)		Valor Justo a receber (a pagar)		Ganhos (perdas) realizados	
(em R\$ milhares)		dez/16	dez/15	dez/16	dez/15	dez/16	dez/15
Moeda Estrangeira							
Contratos a termo		396	1.306.212	(9)	85.707	15.624	292.430
Posição comprada	BofA, Citibank, Deutsche Bank, Morgan Stanley, Safra,Santander,	396	1.306.212	(9)	85.707	15.624	289.764
Posição vendida	Deutsche Bank, Citibank	-	-	-	-	-	2.666
Contratos de Swap		325.450	1.444.822	351.545	420.058	(17.145)	(36.203)
Posição comprada	Citibank, Itaú, BofA, Tokyo-Mitsubishi	991.998	1.444.822	166.107	420.058	(36.860)	(36.203)
Posição vendida	BofA, Bradesco, Citibank	(666.548)	-	185.438	-	19.715	-
Subtotal		325.846	2.751.034	351.536	505.765	(1.521)	256.227
Taxa de Juros							
Contratos de Swap		45.000	90.000	90	(5.340)	(1.072)	(1.159)
Posição Ativa-Pré	Santander	45.000	90.000	90	(5.340)	(1.072)	(1.159)
Total		370.846	2.841.034	351.626	500.425	(2.593)	255.068

Consolidado

Tipo	Contrapartes	Valor de Referência (nocional)		Valor Justo a receber (a pagar)		Ganhos (perdas) realizados	
		dez/16	dez/15	dez/16	dez/15	dez/16	dez/15
(em R\$ milhares)							
<u>Moeda Estrangeira</u>							
Contratos a termo		190.579	1.432.732	(17.955)	85.652	(22.060)	335.700
Posição comprada	BoFA, BR Partners, Bradesco, Citibank, Deutsche Bank, Itaú, JP Morgan, Morgan Stanley, Original, Safra, Santander	199.109	1.432.732	(18.067)	85.652	(21.721)	333.034
Posição vendida	BofA, Bradesco, Citibank, Itaú, Original, Safra	(8.530)	-	112	-	(339)	2.666
Contratos de Swap		325.450	1.444.822	351.545	420.058	(17.145)	(36.203)
Posição comprada	Citibank, Itaú, BoFa, Tokyo-Mitsubishi	991.998	1.444.822	166.107	420.058	(36.860)	(36.203)
Posição vendida	Citibank, Bradesco, BoFA	(666.548)	-	185.438	-	19.715	-
Subtotal		516.029	2.877.554	333.590	505.710	(39.205)	299.497
<u>Taxa de Juros</u>							
Contratos de Swap		45.000	90.000	90	(5.340)	(1.072)	(1.159)
Posição Ativa-Pré	Santander	45.000	90.000	90	(5.340)	(1.072)	(1.159)
Total		561.029	2.967.554	333.680	500.370	(40.277)	298.338

(a) Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

- Contratos a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar estadunidense para cada data-base, conforme informado pela BM&F BOVESPA.

- Swaps - são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de cupom cambial e de DI futuro para cada data base, conforme informado pela BM&F BOVESPA.

(b) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos que descrevem os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I, considerando 9,17% de oscilação para o dólar estadunidense que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras trimestrais contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar estadunidense, respectivamente (cenários II e III).

Consolidado						
Risco	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
(em R\$ milhares)			25% de oscilação		50% de oscilação	
	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação
Cotação do dólar	2,956	3,553	2,441	4,068	1,627	4,882
Moeda Estrangeira						
Hedge econômico	(47.060)	47.060	(128.275)	128.275	(256.549)	256.559
Contratos a termo	(17.210)	17.210	(46.915)	46.915	(93.829)	93.829
Swap	(29.850)	29.850	(81.360)	81.360	(162.720)	162.730
Objeto do hedge econômico	47.186	(47.186)	128.618	(128.618)	257.236	(257.246)
Empréstimos e Financiamentos e Títulos a Pagar sujeitos à variação cambial de curto prazo	47.186	(47.186)	128.618	(128.618)	257.236	(257.246)
Efeito líquido	126	(126)	343	(343)	687	(687)

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação à cotação do dólar estadunidense, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e juros pós-fixados sobre nossos empréstimos, financiamentos, debêntures, e títulos a pagar projetado para o primeiro trimestre de 2017.

Controladora

Cenários de variação	Cenário Provável*	Variação de 25%	Variação de 50%
Empréstimo CDI	(2.071)	11.295	22.590
Financiamentos TJLP	-	1.363	2.725
Empréstimo TR	(147)	121	242
Títulos a Pagar CDI	(128)	700	1.400
Aplicações Financeiras	4.321	(23.567)	(47.133)
Total do efeito perda (ganho)	1.975	(10.088)	(20.176)

Consolidado

Cenários de variação	Cenário Provável*	Variação de 25%	Variação de 50%
Empréstimo CDI	(2.071)	11.295	22.590
Financiamentos TJLP	-	1.363	2.725
Empréstimo TR	(471)	388	776
Títulos a Pagar CDI	(128)	700	1.400
Aplicações Financeiras	8.276	(45.132)	(90.264)
Total do efeito perda (ganho)	5.606	(31.386)	(62.773)

*** Premissas Cenário Provável**

CDI previsto 12,92% a.a.
TR previsto de 0,70% a.a.
TJLP prevista de 7,50% a.a.

5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2016	2015
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 22)	860.158	4.921.145
Total de Títulos a pagar	47.402	36.546
Perda (ganho) com <i>hedge</i> financeiro	(351.543)	(505.755)
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	(1.348.008)	(2.756.138)
Dívida líquida	(791.991)	1.695.798
Total do patrimônio líquido	8.810.602	8.030.455
Patrimônio Líquido ajustado	8.018.611	9.726.253
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado %	N.A.	17%

6 Estimativa do valor justo (Consolidado)

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos

fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares (Nota 22 b).

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1)
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2)
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3)

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2016, bem como os instrumentos financeiros não mensurados a valor justo mas cuja divulgação do valor justo é requerida.

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Aplicações financeiras (Nota 10)	-	1.324.488	1.324.488
Instrumentos financeiros derivativos	-	361.916	361.916
Total do ativo	-	1.686.404	1.686.404
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures demonstrados ao valor justo (Nota 22(b))	-	817.843	817.843
Instrumentos financeiros derivativos	-	28.236	28.236
Total do passivo	-	846.079	846.079

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2015, bem como os instrumentos financeiros não mensurados a valor justo mas cuja divulgação do valor justo é requerida.

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos			
Aplicações financeiras (Nota 10)	-	2.737.512	2.737.512
Instrumentos financeiros derivativos	-	533.860	533.860
Total do ativo	-	3.271.372	3.271.372
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures demonstrados ao valor justo (Nota 22(b))	1.294.394	3.500.559	4.794.953
Instrumentos financeiros derivativos	-	33.490	33.490
Total do passivo	1.294.394	3.534.049	4.828.443

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia.

7 Contabilidade de cobertura (*Hedge Accounting*)

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

De acordo com as características do *hedge*, a Companhia possui como prática contábil adotar a contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), conforme previsto no CPC 38. Para as operações que são designadas para *hedge accounting*, a Companhia documenta formalmente a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade da relação de *hedge*. A Companhia faz uma avaliação prospectiva, tanto no momento da designação da relação de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% a 125%.

Hedges de fluxos de valor justo

A Companhia adota o *hedge* de valor justo para as suas operações de 4131, de modo que tanto os instrumentos de *hedge* quanto os objetos de *hedge* são contabilizados pelo valor justo contra resultado. Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

Operação	Indexação	Tipo de <i>hedge</i>	Valor principal	Saldo ativo/(passivo)	Ganho (perda) no resultado
Empréstimo – 4131	USD + <i>Spread</i>	Valor justo	325.450	(331.310)	(895)
<i>Swap</i> – 4131	USD + <i>Spread</i> vs. % CDI	Valor justo	325.450	(6.597)	-
Debênture Pré	Taxa Pré	Valor justo	45.000	(45.932)	(338)
<i>Swap</i> – CDI	Taxa Pré vs. % CDI	Valor justo	45.000	90	-

Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os objetos de *hedge*, anteriormente reconhecidos pelo valor justo, voltam a ser registrados pelo custo amortizado.

Hedges de fluxos de caixa

A Companhia adota o *hedge* de fluxo de caixa para as operações relacionadas a maioria das operações de fornecedores. Os instrumentos de *hedge* são contabilizados pelo valor justo e o objeto de *hedge* pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de *hedge* e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de *hedge* quanto os objetos de *hedge* impactam o resultado pelo valor na curva. Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

Operação	Indexação	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo ativo/(passivo)	Perda no resultado abrangente
Contas a Pagar	USD	Fluxo de Caixa	116.823	(116.823)	-
NDF	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	116.823	(5.614)	1.662

O fluxo de caixa destas operações está informado na Nota de Gestão de Risco Financeiro – Risco de Liquidez (Nota 4(e)).

Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente e ajuste de *hedge accounting* diferido no Patrimônio Líquido é reconhecido no resultado do exercício.

8 Instrumentos financeiros por categoria (Consolidado)

			2016
			Ativos ao valor justo por meio do resultado
			Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber de Clientes (Nota 11)	1.227.872	-	1.227.872
Aplicações financeiras (Nota 10)	-	1.324.488	1.324.488
Caixa e bancos (Nota 10)	23.520	-	23.520
Instrumentos financeiros derivativos	-	361.916	361.916
Outros ativos	63.944	-	63.944
	<u>1.315.336</u>	<u>1.686.404</u>	<u>3.001.740</u>
			2016
			Valor justo por meio do resultado
			Outros passivos financeiros
			Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 22)	372.242	482.916	855.158
Fornecedores (Nota 20)	-	124.901	124.901
Cessão de créditos por fornecedores (Nota 21)	-	173.386	173.386
Contas a pagar	-	143.617	143.617
Instrumentos financeiros derivativos	28.236	-	28.236
	<u>400.478</u>	<u>924.820</u>	<u>1.325.298</u>
			2015
			Ativos ao valor justo por meio do resultado
			Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber de Clientes (Nota 11)	980.080	-	980.080
Aplicações financeiras (Nota 10)	-	2.737.512	2.737.512
Caixa e bancos (Nota 10)	18.626	-	18.626
Instrumentos financeiros derivativos	-	533.860	533.860
Outros ativos	96.448	-	96.448
	<u>1.095.154</u>	<u>3.271.372</u>	<u>4.366.526</u>

	2015		
	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 22)	1.619.787	3.301.358	4.921.145
Fornecedores (Nota 20)	-	69.191	69.191
Cessão de créditos por fornecedores (Nota 21)	-	223.812	223.812
Instrumentos financeiros derivativos	33.490	-	33.490
Contas a pagar	-	162.287	162.287
	<u>1.653.277</u>	<u>3.756.648</u>	<u>5.409.925</u>

9 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros (caixa e equivalentes de caixa) pode ser avaliada mediante informações históricas sobre os índices de inadimplência:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo				
(*)				
AAA	609.245	2.382.895	1.015.743	2.756.018
AA+	27.809	-	263.799	-
AA-	68.373	-	68.373	-
	<u>705.427</u>	<u>2.382.895</u>	<u>1.347.915</u>	<u>2.756.018</u>

O saldo residual do item “caixa e equivalentes de caixa” do balanço patrimonial é substancialmente dinheiro em caixa.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativos financeiros derivativos				
AAA	361.648	495.736	361.843	498.704
AA+	-	32.817	-	32.833
A+	-	2	-	14
BBB+	-	-	73	-
BBB	-	2.051	-	2.309
	<u>361.648</u>	<u>530.606</u>	<u>361.916</u>	<u>533.860</u>

(*) Fonte: Agências de risco Moody's, Standard & Poor's e Fitch, em escala local.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

Contas a receber de clientes - A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração sua posição financeira, histórico de pagamentos, informações públicas e de instituições de análise de crédito (Serasa, CISP e Credinfar). Os limites de riscos individuais são determinados com base em monitorações internas e regulares.

Parte significativa das vendas da Companhia é realizada para distribuidores, grandes redes varejistas e supermercados com uma rede de distribuição pulverizada no território nacional o que mitiga o risco de crédito consolidado da Companhia. Adicionalmente, a área de análise de crédito utiliza os controles anteriormente referidos para acompanhamento e avaliação constantes da carteira da Companhia. Vide detalhes sobre a análise de vencimentos na Nota 11.

10 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	13.840	17.655	23.520	18.626
Aplicações financeiras:				
Operações compromissadas	611.131	1.414.200	1.004.409	1.633.964
CDBs	80.479	951.071	320.079	1.103.548
	<u>691.610</u>	<u>2.365.271</u>	<u>1.324.488</u>	<u>2.737.512</u>
	<u>705.450</u>	<u>2.382.926</u>	<u>1.348.008</u>	<u>2.756.138</u>

As aplicações financeiras têm rendimento entre 97,5% e 102,0% (em 31 de dezembro de 2015 entre 94,0% e 102,0%) da variação do CDI com média ponderada de 100,3% (em 31 de dezembro de 2015 – 101,0%).

11 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Clientes no país/exterior	1.263.038	1.020.736	1.263.116	1.019.795
Clientes - Partes relacionadas (Nota 34(a))	-	25	-	-
	<u>1.263.038</u>	<u>1.020.761</u>	<u>1.263.116</u>	<u>1.019.795</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(30.483)</u>	<u>(36.520)</u>	<u>(35.244)</u>	<u>(39.715)</u>
	<u>1.232.555</u>	<u>984.241</u>	<u>1.227.872</u>	<u>980.080</u>

Os valores de contas a receber que encontra-se vencido, mas não *impaired*, referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Até três meses	33.486	13.770	33.486	13.770
Acima de três meses	4.564	-	4.564	-
	<u>38.050</u>	<u>13.770</u>	<u>38.050</u>	<u>13.770</u>

A constituição e a baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas e marketing". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados do contas a receber quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

A Companhia mantém determinados títulos como garantia, conforme descrito na Nota 22 (a).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está assim representada:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31/12/2015	(36.520)	(39.715)
Adições por aquisição (*)	-	(1.680)
Adições do período	(7.217)	(6.901)
Baixas do período	5.726	5.524
Reclassificação para ativo mantido para venda	7.528	7.528
Saldos em 31/12/2016	<u>(30.483)</u>	<u>(35.244)</u>

* Títulos advindos da aquisição Neolatina, provisionados como crédito de liquidação duvidosa.

12 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Produto acabado e revenda	57.466	69.603	131.388	139.399
Produto semiacabado	-	-	12.904	20.584
Matéria-prima	34	73	205.815	192.560
Manutenção e suprimentos	441	588	29.885	17.134
	<u>57.941</u>	<u>70.264</u>	<u>379.992</u>	<u>369.677</u>

O saldo dos estoques está sendo apresentado líquido da provisão para perdas.

A tabela abaixo apresenta a movimentação da provisão:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2015	(7.634)	(28.922)
Adições do período (a)	(27.090)	(25.945)
Baixas do período (b)	23.844	21.580
Saldo em 31/12/2016	<u>(10.880)</u>	<u>(33.287)</u>

(a) Referem-se à constituição de provisão para perdas por descontinuidade, validade, qualidade e realização dos estoques, de acordo com a política estabelecida pela Companhia.

(b) Compostas, substancialmente, pelas baixas e reversões dos produtos descartados pela Companhia e por suas controladas.

13 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
PIS/COFINS/IIPI e outros	-	3.840	3.471	3.840
ICMS	111.811	111.324	203.692	155.347
IRPJ e CSLL a recuperar	6.146	-	26.412	4.121
	<u>117.957</u>	<u>115.164</u>	<u>233.575</u>	<u>163.308</u>
Circulante	60.990	66.563	158.136	102.576
Não circulante	56.967	48.601	75.439	60.732

14 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas antecipadas	83.118	110.366	91.776	117.372
Títulos a receber	63.944	96.448	63.944	96.448
Depósitos judiciais	106.769	96.100	133.035	119.502
Adiantamentos	23.785	17.790	35.195	27.300
Outros	366	1.542	604	2.747
	<u>277.982</u>	<u>322.246</u>	<u>324.554</u>	<u>363.369</u>
Circulante	164.278	198.373	183.244	214.342

Não circulante	113.704	123.873	141.310	149.027
----------------	---------	---------	---------	---------

15 Operações descontinuadas

a) Análise do balanço e do resultado de Operações Descontinuadas

Efeito das reclassificações sobre a posição financeira da Companhia:

	Consolidado	
	2016	2015
Contas a receber	538.900	1.006.046
Estoques	162.347	353.506
Tributos a recuperar	197.298	644.805
Instrumentos financeiros derivativos	71	3.900
Outros ativos	6.889	25.056
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.640	1.995
Tributos a recuperar (não circulante)	31.550	42.109
Outros ativos (não circulante)	-	81
Investimentos	8.972	-
Imobilizado	415.558	930.085
Intangível	324.181	2.170.544
Total dos Ativos mantidos para a venda	1.695.406	5.178.127
Fornecedores	170.851	228.220
Cessão de crédito por fornecedores	119.394	256.098
Tributos a recolher	7.144	35.409
Instrumentos financeiros derivativos	4.850	2.229
Salários a pagar	14.777	25.574
Tributos a recolher (não circulante)	7.181	-
Contas a pagar	146.049	89.816
Imposto de renda e contribuição social diferidos	371.742	115.710
Total dos Passivos mantidos para a venda	841.988	753.056
	853.418	4.425.071

Análise e conciliação das operações continuadas e descontinuadas

Abaixo, análise do resultado de operações descontinuadas e conciliação das demonstrações do resultado das operações continuadas e descontinuadas com as demonstrações do resultado consolidado.

	2016		2015	
	Operações descontinuadas	Operações totais	Operações descontinuadas	Operações totais
Receitas líquidas de vendas	1.350.066	4.638.813	2.280.074	5.236.723
Custos dos produtos vendidos	(846.974)	(1.693.761)	(1.379.002)	(2.125.513)
Lucro bruto	503.092	2.945.052	901.072	3.111.210
(Despesas)	(583.955)	(1.956.934)	(890.319)	(2.216.596)
Ganhos de capital	833.227	833.227	330.496	330.496
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	752.364	1.821.345	341.249	1.225.110
Despesas financeiras	(21.474)	(213.607)	(27.811)	(543.670)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	730.890	1.607.738	313.438	681.440
Imposto de renda e contribuição social	(230.780)	(433.164)	(99.054)	(121.568)
Resultado líquido do exercício	500.110	1.174.574	214.384	559.872

Cosméticos (até 1º fevereiro de 2016)

Alienação do negócio de fabricação e comercialização de Cosméticos para a Coty pelo valor de R\$ 3.800.000 (três bilhões e oitocentos milhões de reais), incluindo as marcas Bozzano, Biocolor, Monange, Risqué, Paixão e Cenoura & Bronze, dentre outras. Os valores relativos à alienação do negócio de Cosméticos já foram totalmente recebidos.

Preservativos

Alienação do negócio de Preservativos para a Reckitt Benckiser (Brasil) Ltda. por R\$ 675.000 (seiscentos e setenta e cinco milhões de reais), incluindo as marcas Jontex, Olla e Lovetex. Este valor poderá ser impactado pela variação do capital circulante líquido conforme cláusula de ajuste de preço determinado no contrato de compra e venda. Os valores relativos à alienação do negócio de Preservativos – equivalentes a R\$ 671.417 (seiscentos e setenta e um milhões, quatrocentos e dezessete mil), conforme ajustes previstos em contrato. A entrega da operação fabril ocorrerá assim que os registros dos produtos forem transferidos pela ANVISA à Nances Holdings S.A.

Produtos Descartáveis

Em 22 de dezembro de 2016, a Companhia assinou o contrato de alienação do negócio de produtos descartáveis da Companhia (“Negócio de Produtos Descartáveis”) à Hygienic Disposables Brazil Participações Ltda., uma subsidiária brasileira da Ontex Group NV, pelo valor total de R\$ 1.000.000 (um bilhão de Reais) (“Operação”), a ser pago na data do fechamento da Operação, sujeito à verificação de determinadas condições precedentes estabelecidas no Contrato principalmente a conclusão da reorganização societária envolvendo a Companhia para transferência do Negócio de Produtos Descartáveis. A referida operação gerou um *impairment* no valor de R\$ 864.267, já incluso na linha de Ganho de Capital da demonstração de resultado das operações descontinuadas.

16 Investimentos

Os investimentos continuados mantidos pela Companhia podem ser abaixo apresentados:

Empresa	País	Negócio	Participações nas ações/quotas	Tipo de participações
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	Brasil	Adoçantes	100%	Direta
My Agência de Propaganda Ltda.	Brasil	Agência de publicidade	100%	Direta
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	Brasil	Farma	100%	Direta
Bionovis S.A.	Brasil	Biotecnologia	25%	Direta
Hypera Participações Ltda.	Brasil	Farma	100%	Direta
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica S.A.	Brasil	Farma	100%	Indireta

a. Movimentação dos investimentos

	Brainfarma	Cosmed	My	Bionovis	Savoy	Novitá	Active	
	Custo	Custo	Ágio	Custo	Custo	Custo	Custo	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	522.945	362.088	48.085	6.810	10	356.257	-	1.296.195
Aumento de capital	-	150.000	-	-	3.500	1.060	313.588	468.148
Equivalência patrimonial	35.206	68.137	-	(171)	(2.913)	-	-	100.259
Stock Option	1.184	(426)	-	29	-	-	-	787
Incorporação/Drop Down/Cisão	-	(13.931)	-	-	-	(356.999)	3.352	(248.676)
Ajuste de avaliação patrimonial	(227)	(243)	-	-	-	-	-	(470)
Dividendos/Juros sobre capital próprio	(41.772)	(19.396)	-	-	-	-	-	(61.168)
Outros	-	(394)	-	-	-	(2.436)	2.830	-
Reclassificação de ativo mantido para venda	-	(35.393)	(48.085)	-	-	2.118	(319.770)	(520.032)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	517.336	510.442	-	6.668	597	-	-	1.035.043
Aumento de capital	24.370	-	-	-	-	-	-	24.370
Equivalência patrimonial	(5.402)	39.971	-	(890)	2.721	-	-	36.400
Stock Option	159	71	-	4	-	-	-	234
Ajuste de avaliação patrimonial	62	210	-	-	-	-	-	272
Alienação de investimentos	340.000	(214)	-	-	-	-	-	339.786
Dividendos	(63.758)	(45.200)	-	-	-	-	-	(108.958)
Reclassificação de ativo mantido para venda	5.256	51.681	-	61	-	-	-	56.998
Saldos em 31 de dezembro de 2016	818.023	556.961	-	5.843	3.318	-	-	1.384.145

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das principais controladas, como também no total de seus ativos e passivos:

2016	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo) ajustado (*)
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	867.606	361.892	1.330.889	104.022
My Agência de Propaganda Ltda.	7.852	2.009	9.600	(829)
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	1.522.354	530.002	1.006.489	12.600
2015	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo) ajustado (*)
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	1.174.848	675.520	1.664.215	(979)
My Agência de Propaganda Ltda.	8.385	1.718	9.600	(171)
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	1.374.877	858.352	922.367	29.080

(*) Refere-se ao lucro (prejuízo) do exercício pelas eliminações de operações entre a Controladora e as Controladas.

b. Equivalência patrimonial

	Quantidade de ações e quotas	Patrimônio Líquido ajustado em 31 de dezembro de 2016	Participação %	Equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2016	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2016	Equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2015	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2015
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	1.525.000.947	556.961	100%	39.971	556.961	68.137	510.442
My Agência de Propaganda Ltda.	14.009.999	5.843	100%	(890)	5.843	(171)	6.668
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	304.895.645	818.023	100%	(5.402)	818.023	35.206	517.336
Bionovis S.A.	6.000.000	13.273	25%	2.721	3.318	(2.913)	597
				36.400	1.384.145	100.259	1.035.043

17 Propriedades para investimentos

Foi reclassificado para propriedade para investimentos um imóvel utilizado como centro de distribuição que é alugado a terceiros. Este imóvel está locado por períodos que variam de 5 a 6 anos, cuja receita de aluguel prevista para 2017 é de R\$ 16.047 previsto reajuste anual, pela variação do Índice de Mercado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV). Este imóvel está registrado pelo valor de custo R\$ 60.887, com valor justo de R\$ 58.425 baseado em laudo de avaliação efetuado nos últimos de 12 meses.

O valor de custo dos ativos, em dezembro de 2016 é de R\$ 65.555 e a depreciação acumulada de R\$ (4.668).

18 Imobilizado

Controladora

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas equipamentos e Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Imobilização em andamento *	Imobilizado total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	66.822	186.019	177.404	3.642	12.570	21.647	468.104	106.466	574.570
Drop Down	-	-	(5.714)	(22)	(101)	(1.120)	(6.957)	(52)	(7.009)
Adições	600	341	8.519	-	636	1.373	11.469	23.374	34.843
Alienação	(58.432)	(63.572)	(12.771)	(1.783)	(35)	(114)	(136.707)	-	(136.707)
Impairment	-	-	(2.396)	-	(373)	-	(2.769)	-	(2.769)
Depreciação	-	(6.418)	(12.608)	(754)	(789)	(3.940)	(24.509)	-	(24.509)
Transferência	503	97.623	1.386	25	(1.348)	3.056	101.245	(102.830)	(1.585)
Reclassificação de ativo mantido para venda	(9.222)	(196.506)	(138.804)	(1.065)	(2.723)	(8.128)	(356.448)	(21.688)	(378.136)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	271	17.487	15.016	43	7.837	12.774	53.428	5.270	58.698
Custo total	271	25.400	35.649	248	10.710	17.024	89.302	5.270	94.572
Depreciação acumulada	-	(7.913)	(20.633)	(205)	(2.873)	(4.250)	(35.874)	-	(35.874)
Valor residual	271	17.487	15.016	43	7.837	12.774	53.428	5.270	58.698
Adições	-	111	4.232	159	986	6	5.494	2.386	7.880
Alienação	-	-	(270)	-	(1.877)	(82)	(2.229)	-	(2.229)
Depreciação	-	(4.952)	(2.827)	(24)	(531)	(1.824)	(10.158)	-	(10.158)
Transferência	-	-	4.397	-	8	-	4.405	(4.298)	107
Reclassificação de ativo mantido para venda	4.888	114.787	15.938	833	2.036	2.286	140.768	4.043	144.811
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.159	127.433	36.486	1.011	8.459	13.160	191.708	7.401	199.109
Custo total	5.159	151.838	65.840	5.176	12.181	23.257	263.451	7.401	270.852
Depreciação acumulada	-	(24.405)	(29.354)	(4.165)	(3.722)	(10.097)	(71.743)	-	(71.743)
Valor residual	5.159	127.433	36.486	1.011	8.459	13.160	191.708	7.401	199.109

Consolidado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Imobilização em andamento *	Imobilizado total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	77.647	464.594	799.419	4.141	27.085	48.316	1.421.202	245.489	1.666.691
Adições	794	399	67.757	57	1.930	10.563	81.500	157.210	238.710
Alienação	(58.432)	(63.572)	(13.642)	(1.798)	(75)	(113)	(137.632)	-	(137.632)
Impairment	-	-	2.283	-	(27)	33	2.289	-	2.289
Depreciação	-	(14.090)	(56.285)	(941)	(2.275)	(10.423)	(84.014)	-	(84.014)
Transferência	739	162.933	57.960	25	(1.054)	3.846	224.449	(239.747)	(15.298)
Reclassificação de ativo mantido para venda	(16.518)	(338.526)	(433.978)	(1.237)	(7.569)	(27.626)	(825.454)	(104.631)	(930.085)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.230	211.738	423.514	247	18.015	24.596	682.340	58.321	740.661
Custo total	4.230	251.997	701.568	2.518	37.076	39.646	1.037.035	58.321	1.095.356
Depreciação acumulada	-	(40.259)	(278.054)	(2.271)	(19.061)	(15.050)	(354.695)	-	(354.695)
Valor residual	4.230	211.738	423.514	247	18.015	24.596	682.340	58.321	740.661
Adições por aquisição de empresa	296	1.505	1.030	-	13	4	2.848	-	2.848
Adições	-	125	32.428	163	3.219	1.424	37.359	52.644	90.003
Alienação	-	-	(1.825)	-	(1.896)	(82)	(3.803)	(108)	(3.911)
Depreciação	-	(10.492)	(35.772)	(63)	(1.658)	(4.180)	(52.165)	-	(52.165)
Transferência	9.434	43.072	20.441	-	8	-	72.955	(51.501)	21.454
Reclassificação de ativo mantido para venda	4.888	114.787	15.938	833	2.036	2.287	140.769	4.043	144.812
Saldos em 31 de dezembro de 2016	18.848	360.735	455.754	1.180	19.737	24.049	880.303	63.399	943.702
Custo total	18.848	424.102	779.132	7.425	41.046	47.326	1.317.879	63.399	1.381.278
Depreciação acumulada	-	(63.367)	(323.378)	(6.245)	(21.309)	(23.277)	(437.576)	-	(437.576)
Valor residual	18.848	360.735	455.754	1.180	19.737	24.049	880.303	63.399	943.702

* Substancialmente refere-se adequação do Parque Industrial de Anápolis. Inclui juros capitalizados no valor de R\$ 12.127 a taxa de 13,08 % a.a. (31 de dezembro de 2015 – R\$ 26.802 a taxa de 10,33% a.a.).

19 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ágios na aquisição de investimentos em empresas incorporadas				
Mantecorp Indústria Química Farmacêutica S.A.	1.798.470	1.798.470	1.798.470	1.798.470
Luper Indústria Farmacêutica Ltda.	45.917	45.917	45.917	45.917
Laboratório Neo Química Comércio e Indústria S.A.	967.154	967.154	967.154	967.154
DM Indústria Farmacêutica Ltda.	743.029	743.029	743.029	743.029
Farmasa - Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A.	666.808	666.808	666.808	666.808
Barrenne Indústria Farmacêutica Ltda.	33.955	33.955	33.955	33.955
Finn Administradora de Marcas Ltda.	17.857	17.857	17.857	17.857
	<u>4.273.190</u>	<u>4.273.190</u>	<u>4.273.190</u>	<u>4.273.190</u>
 Marcas e patentes	 349.083	 338.478	 349.385	 338.780
 Direitos de uso e softwares	 12.512	 13.781	 34.002	 19.095
 Desenvolvimento de produtos	 8.993	 5.792	 109.139	 89.910
	<u>4.643.778</u>	<u>4.631.241</u>	<u>4.765.716</u>	<u>4.720.975</u>

Os ágios são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos e se baseiam, principalmente, em rentabilidade futura que está suportada por laudos de avaliação elaborados por empresa especializada, onde se utilizou o método de fluxo de caixa descontado a valor presente. As taxas de desconto utilizadas nos cálculos foram apuradas através da adoção do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC na sigla em inglês). Para as aquisições ocorridas a partir de 2009, foram efetuadas as alocações da contraprestação transferida para determinados ativos adquiridos nos negócios (estoques, imobilizado, marcas, dentre outros).

Movimentação dos saldos

Controladora

	Marcas e patentes	Direitos de uso e softwares	Desenvolvimento de produtos	Ágios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	586.063	18.351	4.913	6.183.979	6.793.306
Adições	20.187	5.266	918	-	26.371
Alienações	(82.808)	-	-	-	(82.808)
Amortização	(3.119)	(7.545)	(39)	-	(10.703)
Transferência	-	(7)	-	-	(7)
Reclassificação de ativo mantido para venda	(181.845)	(2.284)	-	(1.910.789)	(2.094.918)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	338.478	13.781	5.792	4.273.190	4.631.241
Custo total	348.781	70.599	6.094	4.273.190	4.698.664
Amortização acumulada	(10.303)	(56.818)	(302)	-	(67.423)
Valor residual	338.478	13.781	5.792	4.273.190	4.631.241
Adições	13.779	3.107	3.240	-	20.126
Amortização	(3.174)	(5.584)	(39)	-	(8.797)
Transferência	-	38	-	-	38
Reclassificação de ativo mantido para venda	-	1.170	-	-	1.170
Saldos em 31 de dezembro de 2016	349.083	12.512	8.993	4.273.190	4.643.778
Custo total	367.052	74.837	9.334	4.273.190	4.724.413
Amortização acumulada	(17.969)	(62.325)	(341)	-	(80.635)
Valor residual	349.083	12.512	8.993	4.273.190	4.643.778

Consolidado

	Marcas e patentes	Direitos de uso e softwares	Desenvolvimento de produtos	Ágios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	586.385	20.761	84.194	6.259.059	6.950.399
Adições	20.186	9.702	16.503	-	46.391
Alienação	(82.808)	-	-	-	(82.808)
Amortização	(3.119)	(8.540)	(11.304)	-	(22.963)
Transferência	-	(18)	517	-	499
Reclassificação de ativo mantido para venda	(181.864)	(2.810)	-	(1.985.869)	(2.170.543)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	338.780	19.095	89.910	4.273.190	4.720.975
Custo total	349.108	85.195	171.274	4.273.190	4.878.767
Amortização acumulada	(10.328)	(66.100)	(81.364)	-	(157.792)
Valor residual	338.780	19.095	89.910	4.273.190	4.720.975
Adições	13.779	20.316	26.750	-	60.845
Amortização	(3.174)	(6.666)	(7.523)	-	(17.363)
Transferência	-	53	2	-	55
Reclassificação de ativo mantido para venda	-	1.204	-	-	1.204
Saldos em 31 de dezembro de 2016	349.385	34.002	109.139	4.273.190	4.765.716
Custo total	367.378	107.194	182.940	4.273.190	4.930.702
Amortização acumulada	(17.993)	(73.192)	(73.801)	-	(164.986)
Valor residual	349.385	34.002	109.139	4.273.190	4.765.716

Redução de valor recuperável de ativos

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida ou quando houver indícios de que o valor possa não ser recuperado. Esses ativos são representados, principalmente, pela parcela de ágio por expectativa de resultados futuros e marcas ou advindas de processos de combinação de negócios.

Para os ativos não financeiros de longa duração, que estão sujeitos a amortização, estes são revisados sempre que houver indícios de que o valor contábil não seja recuperado.

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas.

As projeções foram efetuadas com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas médias ponderadas de crescimento utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios dos setores que a Companhia atua. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes, tendo sido utilizada uma taxa de crescimento médio real de 7,8% e uma taxa de desconto real de 8,6%.

Em decorrência dos referidos testes, nenhuma perda por *impairment* necessitou ser reconhecida. Se a margem bruta usada no cálculo fosse 1 p.p. menor que as estimativas da administração, em 31 de dezembro de 2016, e, da mesma forma, se a taxa de desconto estimada antes do imposto, através da adoção do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC na sigla em inglês) aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1 p.p. maior que as estimativas da administração, ainda assim, não seriam registrados valores por *impairment* nesses itens.

A determinação de recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas chaves conforme descritas anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Os valores dos intangíveis das operações continuadas totalizam R\$ 4.765.716 (Em 31 de dezembro de 2015- R\$ 4.720.975).

20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores no país	813	2.425	63.496	51.085
Fornecedores no exterior	171	34	47.666	9.060
Fornecedores partes relacionadas (Nota 34(a))	293.616	265.549	13.739	9.046
	<u>294.600</u>	<u>268.008</u>	<u>124.901</u>	<u>69.191</u>

21 Cessão de créditos por fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Mercado local (risco sacado)	3.061	-	42.391	55.022
Mercado Externo (forfait)	-	-	130.995	168.790
	<u>3.061</u>	<u>-</u>	<u>173.386</u>	<u>223.812</u>

Alguns fornecedores têm a opção de ceder títulos da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador.

Em 31 de dezembro de 2016, as taxas de desconto nas operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras no mercado local ficaram entre 1,24% e 1,29%, com média ponderada de 1,27% ao mês (em 31 de dezembro de 2015, essas taxas foram entre 1,21% e 1,73% com média ponderada de 1,25% ao mês).

Em 31 de dezembro de 2016, as taxas de desconto nas operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras no mercado externo ficaram entre 2,70% e 9,26%, com média ponderada de 3,64% ao ano (em 31 de dezembro de 2015, essas taxas foram entre 1,57% e 6,94% com média ponderada de 2,53% ao ano).

22 Empréstimos, financiamentos e debêntures

		Controladora		Consolidado	
Taxa Nominal		2016	2015	2016	2015
Moeda Estrangeira					
Empréstimos (i)	US\$ + 2,77% a.a.,				
	US\$ + Libor3m + 1,7% a.a.	331.304	1.441.488	331.304	1.441.488
Bonds (ii)	US\$ + 6,50% a.a.	-	1.272.695	-	1.272.695
Moeda Nacional					
FCO (i)	Pré-fixada de 2,50% a 8,50% a.a.	33.460	37.639	79.483	165.609
Financiamentos	Pré-fixada de 2,50% a 8,70% a.a.	6.806	11.896	17.879	24.706
BNDES (i)	Pré-fixada de 3,50% a 4,50% a.a.	15.519	10.804	16.461	14.977
Debêntures (i)	110 % do CDI e Pré-fixada 11,30% a.a.	187.130	1.414.319	187.130	1.769.786
Finep	TJLP - 1,00% a.a.	74.215	73.427	74.215	73.427
Financiamento Imobiliário	TR + 9,60% a.a.	48.004	49.172	153.686	158.457
		<u>696.438</u>	<u>4.311.440</u>	<u>860.158</u>	<u>4.921.145</u>
Circulante		<u>147.965</u>	<u>715.570</u>	<u>176.110</u>	<u>765.659</u>
Não circulante		<u>548.473</u>	<u>3.595.870</u>	<u>684.048</u>	<u>4.155.486</u>

Os montantes a longo prazo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2016 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2018	342.641	361.248
2019	21.316	39.513
2020	19.180	37.284
2021	19.180	37.228
2022	19.030	36.966
2023	18.636	33.112
2024	15.278	25.420
2025	4.546	14.583
2026	4.546	14.574
	<u>464.353</u>	<u>599.928</u>

(i) Contratos com cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento e cobertura de juros em relação a determinadas informações financeiras (EBITDA e despesas de juros líquidas), alienação, cisão, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. Em 31 de dezembro de 2016 as cláusulas restritivas foram atendidas. A próxima medição será realizada em 30 de junho de 2017.

Debêntures – Composição (consolidado)

	Data de Emissão	Data de Vencimento	Forma de amortização	Tipo de emissão	Valor data de emissão	Quantidade de emitida	Quantidade colocada no mercado	Valor unitário	Encargos financeiros anuais	Conversibilidade
1ª Emissão Privada 2ª Série	15/10/2010	15/10/2018	Semestral a partir de 15/04/13	Privada	549.998.042	548.725	548.725	1.002.32	11,30%	Não conversíveis em ações

Debêntures – Movimentação (consolidado)

	1ª Emissão Privada	1ª Emissão Pública (Brainfarma)	3ª Emissão Pública 1ª, 2ª e 3ª Séries	5ª Emissão Pública	6ª Emissão Pública	7ª Emissão Pública	Total
	2ª Série	Série única		Série única	Série única	Série única	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	280.672	355.468	85.348	423.902	213.016	411.380	1.769.786
Amortização do principal	(91.667)	(350.000)	(86.280)	(400.000)	(200.000)	(400.000)	(1.527.947)
Encargos financeiros	25.806	53.731	8.211	16.147	8.302	42.970	155.167
Amortização de juros	(27.681)	(59.199)	(7.279)	(40.049)	(21.318)	(54.350)	(209.876)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	187.130	-	-	-	-	-	187.130
Circulante	103.010	-	-	-	-	-	103.010
Não Circulante	84.120	-	-	-	-	-	84.120
Custo de transação não realizados	150	-	-	-	-	-	150
Circulante	110	-	-	-	-	-	110
Não Circulante	40	-	-	-	-	-	40

Os montantes (Controladora e Consolidado) a longo prazo das debêntures em 31 de dezembro de 2016 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2018	84.120	84.120
	<u>84.120</u>	<u>84.120</u>

a. Garantia dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2016

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Contas a receber - Clientes caucionadas	26.543	41.656
Carta de fiança	89.849	90.791
Imobilizado penhorado	62.979	213.848
	<u>179.371</u>	<u>346.295</u>

b. Os valores contábeis e a estimativa de valor justo

Os valores contábeis e a estimativa dos valores justos dos empréstimos, financiamentos e debêntures são os seguintes:

		Consolidado		Valor Justo	
		Taxa Nominal	2016	2015	2016
Moeda Estrangeira					
Empréstimos	US\$ + 2,77% a.a., US\$ + Libor3m + 1,7%a.a.	331.304	1.441.488	331.304	1.441.488
Bonds	US\$ + 6,50% a.a.	-	1.272.695	-	1.294.394
Moeda Nacional					
FCO	Pré-fixada de 2,50% a 8,50% a.a.	79.483	165.609	67.972	108.633
Financiamentos	Pré-fixada de 2,50% a 8,70% a.a.	17.879	24.706	15.418	20.403
BNDES	Pré-fixada 3,50% a 4,50% a.a.	16.461	14.977	15.501	12.978
Debêntures	110 % do CDI e Pré-fixada 11,30% a.a.	187.130	1.769.786	187.072	1.749.995
Finep	TJLP - 1,00%a.a.	74.215	73.427	59.911	45.000
Financiamento Imobiliário	TR + 9,60%a.a.	153.686	158.457	140.665	122.062
		860.158	4.921.145	817.843	4.794.953

O valor justo de alguns dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa de mercado de CDI + 0,52% a CDI + 2,09% a.a. (31 de dezembro de 2015 – CDI + 0,68% a CDI + 2,82% a.a.).

23 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Composição dos tributos diferidos ativos

Referem-se aos créditos tributários sobre prejuízos fiscais acumulados, bases negativas de contribuição social e sobre diferenças temporárias. Estes ativos são reconhecidos na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro baseado em estudo de realização cuja projeção é a geração de resultados tributáveis a partir de 2016. Os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social são gerados, substancialmente, por conta da utilização fiscal dos ágios de aquisição de empresas (Nota 19). De acordo com projeções preparadas pela administração a utilização dos ágios já apresentam decréscimos e cessará em 2020.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Crédito tributário:				
Prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL	958.585	1.087.800	964.873	1.111.121
Variação Cambial/Hedge	-	401.468	-	401.468
Contingências	62.081	53.391	68.155	58.879
Ágios amortizados	67.093	108.099	67.093	109.982
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e outras	55.107	56.310	58.468	59.765
Provisão para perdas nos estoques	7.358	10.243	21.398	27.072
Outras diferenças temporárias	93.434	60.244	130.899	97.107
Total do crédito tributário	1.243.658	1.777.555	1.310.886	1.865.394
(-) Parcela de ativos fiscais diferidos compensáveis com passivos diferidos de mesma empresa com a mesma autoridade tributária (também compensável na apuração do imposto corrente)	(1.119.396)	(1.777.555)	(1.170.980)	(1.854.002)
Saldo remanescente do crédito tributário	124.262	-	139.906	11.392
Transferência ativos mantidos para venda	-	-	-	4.682
Saldo remanescente do crédito tributário após transferência ativos	124.262	-	139.906	16.074

b. Passivos fiscais diferidos

Composto substancialmente por passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, decorrente da diferença temporária entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil no balanço patrimonial, tendo em vista que o ágio continua a ser amortizado para fins fiscais, mas deixou de ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009 nos registros contábeis. Essa diferença temporária poderá resultar em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for reduzido (*impairment*) ou liquidado, fazendo assim com que seja necessária a constituição de uma obrigação fiscal diferida.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ágios	1.261.536	1.657.797	1.261.536	1.657.797
Demais ajustes de combinações de negócios	15.936	34.088	103.978	113.246
Variação Cambial/Hedge	120.525	179.405	120.525	179.405
Outros	19.586	24.625	36.741	57.137
Total do débito tributário	1.417.583	1.895.915	1.522.780	2.007.585
(-) Parcela de passivos fiscais diferidos compensáveis com ativos diferidos de mesma empresa com a mesma autoridade tributária (também compensável na apuração do imposto corrente)	(1.119.396)	(1.777.555)	(1.170.980)	(1.854.002)
Saldo remanescente do passivo diferido	298.187	118.360	351.800	153.583
Transferência ativos mantidos para venda	(298.187)	(53.226)	(295.211)	(53.226)
Saldo remanescente do passivo diferido após transferência mantido para venda	-	65.134	56.589	100.357

c. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<i>Operações continuadas e descontinuadas</i>				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.576.738	652.941	1.607.738	681.440
Alíquota combinada - %	34%	34%	34%	34%
Despesa de IR/CS à alíquota combinada	(536.068)	(221.976)	(547.885)	(231.618)
Resultado de equivalência patrimonial	9.505	22.775	(3.612)	(991)
Adições/exclusões permanentes	(16.635)	(53.754)	(22.700)	(48.845)
Subvenção governamental	141.034	159.886	141.033	159.886
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado	(402.164)	(93.069)	(433.164)	(121.568)
Corrente	(301.282)	(27.334)	(338.800)	(46.773)
Diferido	(100.882)	(65.735)	(94.364)	(74.795)
	(402.164)	(93.069)	(433.164)	(121.568)
Transferência operações descontinuadas	(220.274)	(108.114)	(230.780)	(99.054)
Operações continuadas	(181.890)	15.045	(202.384)	(22.514)
	25%	14%	27%	18%

24 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
ICMS a recolher	16.236	29.173	26.389	31.191
IPI/PIS/COFINS a recolher	6.979	54	13.650	6.785
Outros impostos a recolher	482	907	3.011	4.366
	23.697	30.134	43.050	42.342
Passivo circulante	23.597	11.234	42.950	23.308
Passivo não circulante	100	18.900	100	19.034

25 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Frete a pagar	6.111	9.091	7.170	9.654
Serviços prestados	30.877	27.133	42.259	36.399
Verbas, acordos comerciais e publicidade	76.472	103.927	76.657	103.927
Aluguéis	1.846	1.047	7.024	6.329
Receitas a transcorrer	754	1.207	1.600	2.560
Compras de ativo fixo	215	9	16.162	5.978
Adiantamentos por alienação de ativo de natureza permanente	-	1.110.000	-	1.110.000
Provisão para Reestruturação Operacional	222	-	222	-
Outras	9.941	8.587	14.901	17.847
	126.438	1.261.001	165.995	1.292.694
Passivo circulante	125.684	1.256.215	164.396	1.286.555
Passivo não circulante	754	4.786	1.599	6.139

26 Títulos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Aquisição Sapeka Indústria de Fraldas Descartáveis Ltda. (i)	13.230	28.155	13.230	28.155
Aquisição Facilit Odontológica e Perfumaria Ltda. (i)	3.316	3.725	3.316	3.725
Aquisição de Bitufo (IPH&C, Maripa e DPH). (i)	1.252	1.241	1.252	1.241
Aquisição da Neolatina Com. e Ind. Farmacêutica Ltda.	-	-	19.771	-
Aquisições Aprov Comércio de Cosméticos Ltda. / Niasi Ind. de Cosméticos Ltda. (i)	2.113	2.586	2.113	2.586
Aquisições de ações em tesouraria	7.083	-	7.083	-
Outros	637	839	637	839
	<u>27.631</u>	<u>36.546</u>	<u>47.402</u>	<u>36.546</u>

(i) Atualização de acordo com o CDI.

Ajustes a valor presente

Foram aplicados os ajustes a valor presente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12 para os títulos a pagar decorrentes de aquisição de empresas e/ou ativos, atualizados pela variação cambial ou CDI, sem juros. Para o cálculo do ajuste inicial além das atualizações aplicáveis, utilizou-se a taxa média de captação de recursos da data de aquisição.

27 Contingências passivas

Provisões para contingências

Em 31 de dezembro a Companhia apresentava as seguintes provisões para contingências e os correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

	Controladora						
	2016				2015		
	Prognóstico de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios (a)	Depósitos Judiciais	Contingências Líquidas de Depósito Judicial	Prognóstico de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios (a)	Contingências Líquidas de Depósito Judicial
Cível (i)	522	8.195	-	8.717	661	7.809	8.470
Trabalhista (ii)	60.124	39.381	(15.296)	84.209	30.653	35.942	56.498
Fiscal e Tributária (iii)	40	68.729	(250)	68.519	36	76.828	73.196
Administrativas/outras (iv)	3.544	2.055	(106)	5.493	3.320	1.783	5.086
	<u>64.230</u>	<u>118.360</u>	<u>(15.652)</u>	<u>166.938</u>	<u>34.670</u>	<u>122.362</u>	<u>143.250</u>

	Consolidado						
	2016				2015		
	Prognóstico de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios (a)	Depósitos Judiciais	Contingências Líquidas de Depósito Judicial	Prognóstico de Perda Provável	Contingências assumidas na combinação de negócios (a)	Contingências Líquidas de Depósito Judicial
Cível (i)	529	8.195	-	8.724	712	7.809	8.521
Trabalhista (ii)	77.562	39.381	(18.855)	98.088	46.388	35.942	69.139
Fiscal e Tributária (iii)	112	68.729	(263)	68.578	36	76.828	73.196
Administrativas/outras (iv)	3.892	2.055	(106)	5.841	3.677	1.783	5.443
	<u>82.095</u>	<u>118.360</u>	<u>(19.224)</u>	<u>181.231</u>	<u>50.813</u>	<u>122.362</u>	<u>156.299</u>

Movimentação das Contingências

						Controladora
	2015	Atualizações Monetárias	Adições	Reversões	Pagamentos	2016
Cível	8.470	1.084	2.155	(1.438)	(1.554)	8.717
Trabalhista	66.595	8.672	51.553	(12.656)	(14.659)	99.505
Fiscal e Tributária	76.864	2.717	-	(6.589)	(4.223)	68.769
Administrativas/ outras	5.103	599	1.514	(1.104)	(513)	5.599
	<u>157.032</u>	<u>13.072</u>	<u>55.222</u>	<u>(21.787)</u>	<u>(20.949)</u>	<u>182.590</u>
Depósitos Judiciais	(13.782)	(1.916)	(4.368)	642	3.772	(15.652)
	<u>143.250</u>	<u>11.156</u>	<u>50.854</u>	<u>(21.145)</u>	<u>(17.177)</u>	<u>166.938</u>
						Consolidado
	2015	Atualizações Monetárias	Adições	Reversões	Pagamentos	2016
Cível	8.521	1.083	2.184	(1.460)	(1.604)	8.724
Trabalhista	82.330	10.562	61.186	(17.571)	(19.564)	116.943
Fiscal e Tributária	76.864	2.720	73	(6.593)	(4.223)	68.841
Administrativas/ outras	5.460	648	1.734	(1.237)	(658)	5.947
	<u>173.175</u>	<u>15.013</u>	<u>65.177</u>	<u>(26.861)</u>	<u>(26.049)</u>	<u>200.455</u>
Depósitos Judiciais	(16.876)	(2.657)	(4.902)	1.315	3.896	(19.224)
	<u>156.299</u>	<u>12.356</u>	<u>60.275</u>	<u>(25.546)</u>	<u>(22.153)</u>	<u>181.231</u>

a. Causas judiciais de responsabilidade da Companhia, assumidas em combinação de negócios

Quadro resumo das principais contingências:

	Trabalhista / Cível / Administrativo e Outras		Fiscal e Tributária		Total
	Provável	Possível	Provável	Possível	
Mabesa	4.070	10	6.802	7.986	18.868
Mantecorp	41.569	3.982	-	53.941	99.492
	<u>45.639</u>	<u>3.992</u>	<u>6.802</u>	<u>61.927</u>	<u>118.360</u>

No caso das aquisições de negócio Mabesa e Mantecorp, a Companhia assumiu parte das causas judiciais dessas empresas. Conforme requerido no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios foram provisionadas além das contingências prováveis, as contingências possíveis, com considerações de valor justo para as mesmas.

O valor da perda possível e provável na Combinação de Negócios destes processos está estimado em R\$ 118.360, sendo R\$ 39.381 referentes a processos trabalhistas, R\$ 8.195 referente a processos cíveis, R\$ 68.729 referente a processos tributários e R\$ 2.055 referente a processos administrativos regulatórios e outros.

(i) Cível

São aproximadamente 14 processos, 2 decorreram da aquisição da Mabesa e 12 da Mantecorp Indústria Química, onde o prognóstico de perdas na combinação de negócios está estimado em R\$ 8.195.

A Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) aplicou multa à Mantecorp no valor atualizado de R\$ 7.191, em razão de suposto aumento irregular de preços do medicamento Desalex. A Companhia está discutindo tal multa judicialmente. De acordo com a opinião dos advogados externos da Companhia, a possibilidade de perda é provável.

(ii) Trabalhista

São aproximadamente 275 processos, 107 decorreram da aquisição da Mabesa, 95 da Mantecorp Logística e 73 Mantecorp Indústria Química, onde o prognóstico de perda na combinação de negócios está estimado em R\$ 39.381.

(iii) Fiscal e Tributária

São aproximadamente 206 processos, 98 decorreram da aquisição da Mabesa, 14 da Mantecorp Logística e 94 Mantecorp Indústria Química, onde os prognósticos de perda na combinação de negócios estão estimados em R\$ 68.729.

A Mantecorp foi questionada pela RFB acerca das compensações realizadas com base em liminar concedida nos autos do processo em que se discute a ilegitimidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS. O valor de perda possível atualizado soma R\$ 18.239 e o processo se encontra em fase administrativa, com o débito garantido por Carta Fiança.

A Hypermarcas busca por meio dos Mandados de Segurança nº 0003282-11.2010.4.03.610 e 0003489-10.2010.4.03.6100, (i) o afastamento da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT pelo Decreto nº 6.957/09, (ii) a definição da alíquota por cada estabelecimento da empresa que possua inscrição própria no CNPJ e (iii) o afastamento da aplicação do FAP à alíquota da contribuição ao SAT/RAT. Tendo em vista a existência de jurisprudência divergente no Superior Tribunal de Justiça em parte desses pedidos, a companhia e seus assessores legais qualificam como risco de perda possível o valor de R\$ 43.545.073,42, sendo que não há risco de desembolso futuro, posto que todo o valor inerente ao processo encontra-se depositado judicialmente. O processo aguarda exame de admissibilidade pela Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em razão da interposição de Recursos Especial e Extraordinário realizado pela Hypermarcas.

A Cosmed busca por meio dos Mandados de Segurança nº 0003281-26.2010.4.03.6100 e 0003388-70.2010.4.03.6100 (i) o afastamento da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT pelo Decreto nº 6.957/09, (ii) a definição da alíquota por cada estabelecimento da empresa que possua inscrição própria no CNPJ e (iii) o afastamento da aplicação do FAP à alíquota da contribuição ao SAT/RAT. Tendo em vista a existência de jurisprudência divergente no Superior Tribunal de Justiça em parte desses pedidos, a companhia e seus assessores legais qualificam como risco de perda possível o valor de R\$ 23.044.664,88, sendo que não há risco de desembolso futuro, posto que todo o valor inerente ao processo encontra-se depositado judicialmente. O processo aguarda exame de admissibilidade pela Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em razão da interposição de Recursos Especial e Extraordinário realizado pela Cosmed.

(iv) Administrativas / outras

São aproximadamente 35 processos, de natureza regulatória, decorrentes da aquisição da Mantecorp Indústria Química onde o prognóstico de perda na combinação de negócios está estimado em R\$ 2.055.

b. Contingências possíveis – Responsabilidade da Companhia e suas Controladas

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios que pela atual avaliação de probabilidade de êxito estabelecida com base na avaliação dos assessores jurídicos e aspectos legais, não requerem o registro de provisões, seja pela expectativa de perda classificada como possível, seja por exclusão de responsabilidade decorrente de acordo contratual.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
	Prognóstico de perda possível	Prognóstico de perda possível	Prognóstico de perda possível	Prognóstico de perda possível
Cível	32.327	39.096	32.362	39.450
Trabalhista	346.538	186.901	490.495	303.064
Fiscal e Tributária	102.052	98.246	125.392	118.469
Administrativas/outras	2.041	2.266	2.173	2.563
	482.958	326.509	650.422	463.546

A Companhia está em litígio judicial com concorrentes, onde se discute o registro de marcas e patentes no INPI, não possuindo contingência financeira apurável neste momento.

(i) Cível

O Ministério Público Federal da Comarca de Bauru, Estado de São Paulo, ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia e vários outros laboratórios, para obrigá-los a vender medicamentos para a administração pública de acordo com as regras da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O Ministério Público requereu, também, a condenação dos laboratórios ao pagamento de danos morais coletivos em montante a ser fixado pelo Juízo.

Foi proferida sentença que julgou extinto o processo e, atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público. O valor envolvido é inestimável e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível.

O Município de Caxias do Sul ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia e vários outros laboratórios, para obrigá-los a vender medicamentos para o Município de acordo com as regras da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O processo encontra-se na fase de instrução. O valor envolvido é inestimável e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível.

(ii) Trabalhista

A Companhia e suas Controladas figuram em processos trabalhistas, de responsabilidade da Companhia, suas Controladas e/ou sócios vendedores das empresas adquiridas e incorporadas, nos quais a perda possível de responsabilidade da Companhia e/ou suas controladas está estimada em R\$ 490.495 (R\$ 303.064 em 31 de dezembro de 2015).

Nestes processos discutem-se horas extras, diferenças salariais, indenizações decorrentes de doenças e/ou acidentes de trabalho, adicional de insalubridade ou periculosidade, reconhecimento de vínculo empregatício, dentre outros pedidos.

Destes processos trabalhistas 45 decorrem da aquisição do Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. (Farmasa), incorporado pela Companhia, e apresentam prognóstico de perda possível de responsabilidade da Companhia no valor de R\$ 4.173 (R\$ 1.349 em 31 de dezembro de 2015) e 168 (157 em 31 de dezembro de 2015) decorrem da aquisição da Mantecorp Logística Distribuição e Comércio S.A. e da Mantecorp Indústria Química e Farmacêutica S.A., que apresentam prognóstico de perda possível de responsabilidade da Companhia no valor de R\$ 87.165 (R\$ 75.296 em 31 de dezembro de 2015), nos quais se discute, dentre outros pedidos, reparações decorrentes de doença ou acidente do trabalho, vínculo empregatício e consequente pagamento de verbas trabalhistas, diferenças salariais, horas extras e reflexos e estabilidade provisória.

A Companhia e/ ou suas subsidiárias figuram como investigadas em Inquéritos Cíveis por meio dos quais a Procuradoria Regional do Trabalho de São Paulo investiga o cumprimento da cota de menores aprendizes pela Companhia e a Procuradoria Regional do Trabalho de Goiânia investiga (i) o cumprimento da Norma Regulamentadora n. 35 do Ministério do Trabalho e Emprego (trabalho em altura); (ii) a aplicação das normas trabalhistas nos contratos de trabalho dos terceiros contratados por intermédio da Vibre Cargas; e (iii) o cumprimento das normas de medicina e segurança do trabalho na Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. Trata-se de procedimentos investigatórios a respeito dos quais a Companhia não tem, neste momento, como estimar os valores envolvidos.

A Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. figura como reclamada em reclamações coletivas nas quais o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químico-Farmacêuticas no Município de Anápolis requer para os trabalhadores da fábrica de Anápolis (i) o pagamento de diferenças de adicional noturno na qual a perda possível está estimada em R\$ 8.817 e (ii) questiona a metodologia do Plano de Cargos e Salários para requerer o pagamento de diferenças salariais em reclamação na qual ainda não é possível estimar o valor envolvido.

A Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. figura no polo passivo de reclamatória trabalhista ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químico, Farmacêuticas, de Material Plástico e do Álcool no Estado de Goiás, nas quais o sindicato autor requer: (i) o pagamento das horas *in itinere* e reflexos para os colaboradores que utilizam transporte fornecido pela Cosmed, cuja perda possível está estimada em R\$ 3.931; (ii) o pagamento de horas extras decorrentes de tempo a disposição do empregador, cuja perda possível está estimada em R\$ 4.379; e (iii) o pagamento de diferenças a título de adicional noturno, na qual a perda possível está estimada em R\$ 1.030. Estas demandas judiciais tramitam na 1ª Vara do Trabalho de Aparecida de Goiânia e envolvem os trabalhadores da fábrica de Senador Canedo, Estado de Goiás.

c. Contingências de empresas adquiridas, responsabilidade dos ex-proprietários – possíveis e prováveis

A Companhia não possui provisão para contingências cujo prognóstico é de perda provável e possível, nos casos que são de responsabilidade dos ex-proprietários.

O Estado de São Paulo ajuizou ação civil pública em face da Companhia para requerer o pagamento de indenização em razão de suposta venda ilegal de medicamentos em 2008 pela Mantecorp. O valor envolvido foi avaliado em R\$ 162.188 e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível. O processo encontra-se na fase de instrução.

A Johnson & Johnson ajuizou ação ordinária contra a empresa Facilit alegando que o Fio Dental Sanifill Premium, Fio Extrafino Sanifill Premium e a Fita Dental Sanifill Premium violam os direitos exclusivos decorrentes da patente PI 9805134-2, intitulada "fio dental que apresenta uma resistência aperfeiçoada ao esgarçamento e ao desfibramento". A ação foi julgada procedente e determinada a apuração de valores indenizatórios através de liquidação de sentença. Diante disto, alteramos a estimativa de perda para Provável e o processo se encontra em grau de Recurso.

A seguir, o resumo das contingências de prognósticos provável e possível de responsabilidade dos ex-proprietários:

Empresa e/ou marcas adquiridas	Possível	Provável	Total
Aprov	428	853	1.281
Bitufo	979	221	1.200
Ceíl	4.362	2.347	6.709
Cosmed-Pompom	3.876	2.568	6.444
Facilit	-	3.042	3.042
Farmasa	121.725	4.558	126.283
Inal	10.646	-	10.646
Neolatina	-	11.474	11.474
Luper	413	111	524
Mabesa	612	868	1.480
Mantecorp	162.188	-	162.188
Brainf.-NQ	105.083	14.059	119.142
Ny Looks	242	270	512
Sapeka	3.971	1.532	5.503
Sul Química	401	1.134	1.535
York	5.352	771	6.123
	<u>420.278</u>	<u>43.808</u>	<u>464.086</u>

28 Capital social e reservas

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 5.500.000, conforme disposição do Estatuto Social e deliberação do Conselho de Administração na Assembleia Geral Extraordinária – AGE de 24 de janeiro de 2011.

O capital social em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 5.270.726 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 5.270.726), representado por 632.238.060 (em 31 de dezembro de 2015 - 632.238.060) ações ordinárias.

b. Ágio na emissão de ações

Esta reserva é constituída nas emissões de ações e refere-se a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal, que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social.

c. Opções de compra de ações

Em AGE de 24 de março de 2008 foi aprovado plano de opções de compra de ações (“Plano I”) com o objetivo de permitir que colaboradores da Companhia adquiram ações de sua emissão em percentual de diluição de até 3% do capital social.

As principais características do Plano I - Programa 2008 são:

- Preço de exercício de R\$8,50
- Prazo de carência de 3 anos para 50% das opções outorgadas e 4 anos para os 50% restantes
- 1.802.212 opções outorgadas

Em AGE de 29 de dezembro de 2008, foi aprovado novo plano de opções de compra de ações (“Plano II”) aos colaboradores da Companhia com o objetivo de “atrair e reter executivos da Companhia” em percentual de diluição de até 3% do capital social.

As principais características do Plano II - Programa 2008 são:

- Preço de exercício de R\$ 5,36
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.
- 8.800.000 opções outorgadas

As principais características do Plano II - Programa 2009 são:

- Preço de exercício de R\$ 17,06
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.
- 2.800.000 opções outorgadas

As principais características do Plano II - Programa 2010 são:

- Preço de exercício de R\$ 20,21
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.
- 2.600.000 ações outorgadas.

As principais características do Plano II - Programa 2011 são:

- Preço de exercício de R\$ 19,26
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- Obrigatoriedade de destinação de 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia.
- 3.700.000 ações outorgadas.

Em AGE de 11 de novembro de 2011, foi aprovado novo plano de opções de compra de ações (“Plano III”) aos colaboradores da Companhia com o objetivo de “atrair e reter executivos da Companhia” em percentual de diluição de até 5% do capital social.

As principais características do Plano III - Programa 2011 são:

- Preço de exercício de R\$ 8,60
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- 12.000.000 ações outorgadas.

As principais características do Plano III - Programa 2013 são:

- Preço de exercício de R\$ 15,62
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- 1.350.000 ações outorgadas.

As principais características do Plano III - Programa 2014 são:

- Preço de exercício de R\$ 15,34
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- 450.000 ações outorgadas.

As principais características do Plano III - Programa 2014-A são:

- Preço de exercício de R\$ 16,48
- Prazo de carência de 1 ano para até 20% das opções outorgadas, 2 anos para até 40%, 3 anos para até 60%, 4 anos para até 80%, 5 anos para até 100%.
- 650.000 ações outorgadas.

Total de opções outorgadas

O percentual de diluição que, eventualmente, estão submetidos os atuais acionistas em caso de

Hypermarcas S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

exercício de todas as opções em aberto em 31 de dezembro de 2016 é de 2,54% nos Planos e Programas conforme discriminados abaixo:

									Posição em 31/12/2016	
Plano	Programa	Carência	Preço Exercício Original	Preço Exercício Corrigido	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Contratos em aberto	Valor unitário justo na data da outorga (em Reais)	Custo total estimado
Plano I	2008	01/06/11	8,50	14,07	901.106	831.699	-	69.407	0,13	9
Plano I	2008	01/06/12	8,50	14,07	901.106	831.699	-	69.407	0,28	19
Plano II	2008	01/11/08	5,36	7,98	880.000	880.000	-	-	0,04	-
Plano II	2008	01/11/09	5,36	7,98	880.000	880.000	-	-	0,49	-
Plano II	2008	01/11/10	5,36	7,98	1.760.000	1.620.000	140.000	-	0,80	-
Plano II	2008	01/11/11	5,36	7,98	1.760.000	1.468.922	260.000	31.078	1,06	33
Plano II	2008	01/11/12	5,36	7,98	1.760.000	1.060.000	260.000	440.000	1,28	562
Plano II	2008	01/11/13	5,36	7,98	1.760.000	587.468	440.000	732.532	1,48	1.082
Plano II	2009	17/12/10	17,06	26,1	560.000	36.378	171.885	351.737	3,47	1.220
Plano II	2009	17/12/11	17,06	26,1	560.000	20.000	180.000	360.000	4,22	1.520
Plano II	2009	17/12/12	17,06	26,1	560.000	20.000	180.000	360.000	4,93	1.775
Plano II	2009	17/12/13	17,06	26,1	560.000	20.000	180.000	360.000	5,60	2.016
Plano II	2009	17/12/14	17,06	26,1	560.000	20.000	180.000	360.000	6,23	2.244
Plano II	2010	06/08/11	20,21	30,12	520.000	-	270.000	250.000	3,51	878
Plano II	2010	06/08/12	20,21	30,12	520.000	-	210.000	310.000	4,38	1.359
Plano II	2010	06/08/13	20,21	30,12	520.000	-	330.000	190.000	5,22	992
Plano II	2010	06/08/14	20,21	30,12	520.000	-	150.000	370.000	6,02	2.229
Plano II	2010	06/08/15	20,21	30,12	520.000	-	150.000	370.000	6,79	2.512
Plano II	2011	01/02/12	19,26	27,65	740.000	-	258.918	481.082	0,95	455
Plano II	2011	01/02/13	19,26	27,65	740.000	-	248.919	491.081	1,75	860
Plano II	2011	01/02/14	19,26	27,65	740.000	-	268.399	471.601	2,52	1.188
Plano II	2011	01/02/15	19,26	27,65	739.999	-	239.175	500.824	3,26	1.633
Plano II	2011	01/02/16	19,26	27,65	739.999	-	239.175	500.824	3,98	1.993
Plano III	2011	26/12/12	8,60	8,6	2.400.008	1.599.880	18.775	781.353	0,81	636
Plano III	2011	26/12/13	8,60	8,6	2.399.998	1.544.285	139.087	716.626	1,25	898
Plano III	2011	26/12/14	8,60	8,6	2.399.998	293.636	189.087	1.917.275	1,63	3.119
Plano III	2011	26/12/15	8,60	8,6	2.399.998	216.363	266.360	1.917.275	1,96	3.765
Plano III	2011	26/12/16	8,60	8,6	2.399.998	-	372.723	2.027.275	2,27	4.610
Plano III	2013	03/05/14	15,62	15,62	270.000	49.600	90.000	130.400	0,47	61
Plano III	2013	03/05/15	15,62	15,62	270.000	30.000	90.000	150.000	0,70	105
Plano III	2013	03/05/16	15,62	15,62	270.000	-	120.000	150.000	0,89	134
Plano III	2013	03/05/17	15,62	15,62	270.000	-	120.000	150.000	1,06	159
Plano III	2013	03/05/18	15,62	15,62	270.000	-	120.000	150.000	1,21	181
Plano III	2014	21/02/15	15,34	15,34	90.000	-	30.000	60.000	0,95	57
Plano III	2014	21/02/16	15,34	15,34	90.000	-	30.000	60.000	1,58	95
Plano III	2014	21/02/17	15,34	15,34	90.000	-	30.000	60.000	2,16	130
Plano III	2014	21/02/18	15,34	15,34	90.000	-	30.000	60.000	2,70	162
Plano III	2014	21/02/19	15,34	15,34	90.000	-	30.000	60.000	3,23	194
Plano III	2014-A	30/12/15	16,48	16,48	130.000	70.000	-	60.000	1,15	69
Plano III	2014-A	30/12/16	16,48	16,48	130.000	-	70.000	60.000	1,92	115
Plano III	2014-A	30/12/17	16,48	16,48	130.000	-	70.000	60.000	2,64	158
Plano III	2014-A	30/12/18	16,48	16,48	130.000	-	70.000	60.000	3,34	200
Plano III	2014-A	30/12/19	16,48	16,48	130.000	-	70.000	60.000	4,00	240
Total					34.152.210	12.079.930	6.312.503	15.759.777		39.667

Hypermarcas S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

Posição em 31/12/2015									
Plano	Programa	Carência	Preço unitário do exercício (em Reais)	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Contratos em aberto	Valor unitário justo na data da outorga (em Reais)	Custo total estimado
Plano I	2008	01/06/11	17,00	901.106	748.593	-	152.513	0,14	21
Plano I	2008	01/06/12	17,00	901.106	548.593	-	352.513	0,29	103
Plano II	2008	01/11/08	10,72	880.000	880.000	-	-	0,04	-
Plano II	2008	01/11/09	10,72	880.000	880.000	-	-	0,50	-
Plano II	2008	01/11/10	10,72	1.760.000	1.620.000	140.000	-	0,83	-
Plano II	2008	01/11/11	10,72	1.760.000	1.468.922	260.000	31.078	1,10	34
Plano II	2008	01/11/12	10,72	1.760.000	1.060.000	260.000	440.000	1,35	596
Plano II	2008	01/11/13	10,72	1.760.000	587.467	440.000	732.533	1,59	1.165
Plano II	2009	17/12/10	34,11	560.000	20.017	171.885	368.098	3,52	1.296
Plano II	2009	17/12/11	34,11	560.000	-	180.000	380.000	4,35	1.654
Plano II	2009	17/12/12	34,11	560.000	-	180.000	380.000	5,16	1.962
Plano II	2009	17/12/13	34,11	560.000	-	180.000	380.000	5,96	2.264
Plano II	2009	17/12/14	34,11	560.000	-	180.000	380.000	6,74	2.561
Plano II	2010	06/08/11	20,21	520.000	-	270.000	250.000	3,57	891
Plano II	2010	06/08/12	20,21	520.000	-	180.000	340.000	4,52	1.536
Plano II	2010	06/08/13	20,21	520.000	-	180.000	340.000	5,47	1.859
Plano II	2010	06/08/14	20,21	520.000	-	180.000	340.000	6,41	2.179
Plano II	2010	06/08/15	20,21	520.000	-	180.000	340.000	7,34	2.496
Plano II	2011	01/02/12	19,26	740.000	-	96.565	643.435	0,96	618
Plano II	2011	01/02/13	19,26	740.000	-	85.482	654.518	1,81	1.182
Plano II	2011	01/02/14	19,26	740.000	-	85.482	654.518	2,64	1.726
Plano II	2011	01/02/15	19,26	739.999	-	85.481	654.518	3,47	2.271
Plano II	2011	01/02/16	19,26	739.999	-	85.481	654.518	4,30	2.816
Plano III	2011	26/12/12	8,60	2.400.008	1.487.564	18.775	893.669	0,83	739
Plano III	2011	26/12/13	8,60	2.399.998	1.246.601	139.087	1.014.310	1,29	1.310
Plano III	2011	26/12/14	8,60	2.399.998	147.273	189.087	2.063.638	1,70	3.515
Plano III	2011	26/12/15	8,60	2.399.998	70.000	266.360	2.063.638	2,09	4.311
Plano III	2011	26/12/16	8,60	2.399.998	70.000	266.360	2.063.638	2,46	5.073
Plano III	2013	03/05/14	15,62	270.000	49.600	90.000	130.400	0,47	62
Plano III	2013	03/05/15	15,62	270.000	30.000	90.000	150.000	0,72	108
Plano III	2013	03/05/16	15,62	270.000	-	120.000	150.000	0,93	140
Plano III	2013	03/05/17	15,62	270.000	-	120.000	150.000	1,12	169
Plano III	2013	03/05/18	15,62	270.000	-	120.000	150.000	1,30	196
Plano III	2014	21/02/15	15,34	90.000	-	-	90.000	0,97	87
Plano III	2014	21/02/16	15,34	90.000	-	-	90.000	1,63	147
Plano III	2014	21/02/17	15,34	90.000	-	-	90.000	2,26	203
Plano III	2014	21/02/18	15,34	90.000	-	-	90.000	2,88	259
Plano III	2014	21/02/19	15,34	90.000	-	-	90.000	3,49	314
Plano III	2014-A	30/12/15	16,48	130.000	-	-	130.000	1,17	152
Plano III	2014-A	30/12/16	16,48	130.000	-	-	130.000	1,98	257
Plano III	2014-A	30/12/17	16,48	130.000	-	-	130.000	2,76	359
Plano III	2014-A	30/12/18	16,48	130.000	-	-	130.000	3,55	462
Plano III	2014-A	30/12/19	16,48	130.000	-	-	130.000	4,33	564
Total				34.152.210	10.914.630	4.840.045	18.397.535		47.657

Modelo de precificação das opções

Para a apuração do valor justo das opções concedidas, a Companhia considerou as seguintes premissas:

- As opções são exercidas nas datas de cada encerramento de carência (vesting), sobretudo dada à obrigatoriedade de destinação de bônus dos executivos em compra de ações de emissão da Companhia.

- Indiferença quanto a distribuição de dividendos dado que o preço de exercício é ajustado por eventuais distribuições.
- Avaliação das opções de acordo com parâmetros de mercado na data de cada contrato com os beneficiários do plano.
- Atribuição de redução de 1,5% ao ano de opções a serem exercidas considerando eventuais desligamentos de beneficiários.

A avaliação utilizada, portanto, foi baseada no modelo Black & Scholes para opções européias simples, utilizando a Selic e a volatilidade mensal histórica na data dos contratos com os beneficiários.

d. Ações em tesouraria

As movimentações das ações em tesouraria ocorreram conforme o quadro abaixo:

	Quantidade	Valor
Saldo em 31/12/2015	635	11
Aquisição do período	3.912.000	104.809
Alienação do período	(1.268.938)	(34.066)
Saldo em 31/12/2016	<u>2.643.697</u>	<u>70.754</u>

e. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

f. Reserva para incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007), essa reserva recebe a parcela de subvenção governamental reconhecidos no resultado do exercício, em conta redutora de impostos, e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados, consequentemente, não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

g. Reserva estatutária

Constituída de acordo com o estabelecido nos termos do artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e previsto no artigo 44 parágrafo único do Estatuto Social da Companhia.

h. Reserva de retenção de lucros

Constituída ou revertida de acordo com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e prevista no artigo 44 do Estatuto Social da Companhia.

i. Proposta de destinação do resultado

Foi aprovado através da Assembleia Geral Ordinária de 14 de abril de 2016, o valor de R\$ 18.681 para pagamento de distribuição de dividendos aos acionistas da companhia referente ao ano de 2015, sendo que tais dividendos foram pagos em 20 de maio de 2016.

		2016
Resultado líquido do exercício		1.174.574
Constituição de reserva legal		(58.729)
Constituição da reserva de subvenção governamental (I)		(414.804)
Base de cálculo dos dividendos	(a)	701.041
Porcentagem dos dividendos mínimos obrigatórios	(b)	25%
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	(c) = (a) x (b)	175.260
Antecipação de dividendos intercalares (II)	(d)	291.210
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	(d) - (c)	115.950
Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte	(e)	701.041
% distribuído sobre a base de cálculo do dividendo (b ÷ a)	(e) ÷ (a)	100%
Dividendos adicionais propostos (III)	(e) - (d)	409.831

I. O total da subvenção governamental do exercício de 2016 no resultado da controladora é de R\$ 414.804 (R\$ 470.253 em 31 de dezembro de 2015). As controladas não possuem subvenção governamental.

II. Foi aprovado pela reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de abril de 2016 e 22 de julho de 2016 os pagamentos de dividendos intercalares relativos ao primeiro e segundo trimestre de 2016 num total R\$ 291.210, conforme descrito abaixo:

- R\$ 133.151 referente ao primeiro trimestre de 2016 foi pago em 20 de maio de 2016.
- R\$ 158.059 referente ao segundo trimestre de 2016 foi pago em 15 de agosto de 2016.

III. Será apresentado no Balanço Patrimonial dentro do Patrimônio Líquido.

29 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Vendas brutas de produtos e serviços	3.651.410	3.293.369	3.652.136	3.283.434
Devoluções	(30.705)	(38.477)	(30.811)	(37.562)
Descontos incondicionais	(60.155)	(80.716)	(60.155)	(80.716)
Descontos promocionais	(43.789)	(52.279)	(43.789)	(52.279)
Impostos	(125.195)	(113.109)	(228.634)	(156.228)
Receita líquida	<u>3.391.566</u>	<u>3.008.788</u>	<u>3.288.747</u>	<u>2.956.649</u>

30 Composição das contas de resultado

a. Despesas operacionais e custos dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custo dos produtos vendidos	(1.182.345)	(1.011.195)	(846.787)	(746.511)
Matéria prima	-	-	(330.261)	(310.177)
Material de embalagem	-	-	(182.560)	(173.838)
Custo de transformação	-	-	(190.649)	(187.014)
Despesas com depreciações e amortizações	-	-	(18.200)	(16.509)
Revenda	(1.148.333)	(961.019)	(43.062)	(45.177)
Perdas nos estoques	(34.012)	(41.111)	(29.474)	(24.804)
Variações dos estoques/outras	-	(9.065)	(52.581)	11.008
Despesas com vendas e marketing	(1.122.270)	(1.081.023)	(1.223.664)	(1.149.470)
Gastos com propaganda e publicidade	(312.091)	(303.734)	(304.232)	(295.966)
Acordos, verbas e outros	(185.311)	(157.687)	(184.555)	(154.065)
Visitação médica, promoções, brindes e amostras	(327.995)	(325.354)	(321.339)	(315.945)
Força de vendas e gastos comerciais	(239.993)	(238.741)	(327.622)	(295.096)
Frete e seguros sobre vendas	(40.903)	(42.592)	(41.343)	(43.220)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	(7.217)	(6.383)	(6.901)	(6.182)
Despesas com depreciações e amortizações	(8.760)	(6.532)	(37.672)	(38.996)
Despesas administrativas e gerais	(126.586)	(132.199)	(153.763)	(157.932)
Demais despesas	(120.452)	(125.035)	(145.691)	(149.960)
Despesas com depreciações e amortizações	(6.134)	(7.164)	(8.072)	(7.972)

b. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Gastos com reestruturação operacional	(1.426)	(16.287)	(8.646)	(22.879)
Ganhos (Perdas) eventuais e outras	(22.449)	(18.356)	(26.906)	(766)
Demais receitas (*)	28.487	10.263	37.279	7.684
	<u>4.612</u>	<u>(24.380)</u>	<u>1.727</u>	<u>(15.961)</u>

(*) Em 28 de junho de 2016 e 01 de julho de 2016, a Companhia divulgou fato relevante e comunicado ao mercado, respectivamente, informando que o Sr. Nelson José de Mello, ex-diretor de relações institucionais da Companhia, autorizou, por iniciativa própria, despesas em desacordo com o Código de Conduta Ética da Companhia entre 2013 e 2015. Tais irregularidades foram confirmadas em investigação feita pelos assessores externos Souza Cescon Advogados e IC TS Protiviti, que não encontraram evidências de participação de outros administradores e/ou colaboradores da Companhia nos atos por ele praticados.

Após a finalização da investigação e visando preservar os seus interesses e de seus acionistas, a Companhia celebrou com o Sr. Mello, em 24 de junho de 2016, Instrumento Particular de Transação em que ele se comprometeu, de forma irrevogável e irretratável, a ressarcir a Companhia pela contratação dessas despesas, por meio de alienação das ações da Companhia de sua titularidade, correspondentes ao valor de R\$ 26.672 naquela data, bem como renunciar seus direitos relativos a 960 mil opções de ações da Companhia, as quais lhe foram outorgadas no âmbito dos programas de opções de ações da Companhia.

Os valores foram recebidos em 14 de julho de 2016, considerando as cotações das ações nas datas de alienação.

c. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Juros ativos	27.928	35.650	32.807	43.732
Rendimentos de aplicações financeiras e outros	183.423	89.298	228.874	155.431
	<u>211.351</u>	<u>124.948</u>	<u>261.681</u>	<u>199.163</u>

d. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Juros sobre financiamentos	(13.294)	(13.912)	(31.353)	(34.218)
Juros sobre empréstimos	(60.040)	(184.035)	(55.338)	(176.397)
Juros sobre títulos a pagar	(3.157)	(7.017)	(3.157)	(7.017)
Gastos com pré-pagamentos de dívidas	(105.245)	(308)	(109.041)	(308)
Atualizações monetárias sobre contingências	(13.072)	(12.447)	(15.013)	(13.940)
Refis	(3.353)	(6.723)	(3.370)	(6.753)
Debêntures	(96.676)	(297.801)	(134.518)	(296.033)
Juros e comissão sobre carta de fiança	(3.789)	(3.306)	(3.934)	(3.833)
Despesas bancárias, descontos concedidos e outros	(8.786)	(11.982)	(9.192)	(12.911)
Custo de <i>Hedge</i> e variação cambial de empréstimos	(6.177)	(94.027)	(6.177)	(94.027)
Custo de <i>Hedge</i> e variação cambial de fornecedores e clientes	(26.218)	24.020	(59.761)	(17.170)
Outros	(16.509)	(30.181)	(19.164)	(35.379)
Reversões de ajuste a valor presente	(58)	(17.036)	(3.796)	(17.036)
	<u>(356.374)</u>	<u>(654.755)</u>	<u>(453.814)</u>	<u>(715.022)</u>

31 Lucro por ação

a. Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2016			2015		
	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	674.464	500.110	1.174.574	345.488	214.384	559.872
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	631.478	631.478	631.478	632.163	632.163	632.163
Lucro básico por ação	1,06807	0,79197	1,86004	0,54652	0,33913	0,88564

b. Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. As ações potenciais são tratadas como diluidoras quando, e somente quando, a sua conversão em ações diminui o resultado por ação ou aumenta o prejuízo por ação proveniente das operações continuadas.

	2016			2015		
	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total
Lucro						
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	674.464	500.110	1.174.574	345.488	214.384	559.872
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	631.478	631.478	631.478	632.163	632.163	632.163
Ajustes de:						
Opções de compra de ações (milhares)	10.033	10.033	10.033	11.639	11.639	11.639
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	641.511	641.511	641.511	643.802	643.802	643.802
Lucro diluído por ação	1,05137	0,77958	1,83095	0,53664	0,33300	0,86963

32 Compromissos

Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais de aluguéis de prédios, no total e para cada um dos seguintes períodos, são apresentados a seguir:

	Consolidado
	2016
Menos de um ano	16.316
Mais de um ano e menos de cinco anos	39.143
Mais de cinco anos	12.082
	67.541

33 Cobertura de seguros

A política de seguros leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As principais informações sobre a cobertura de seguros vigentes, segundo as apólices de seguro, podem ser assim demonstradas:

	Controladora	Consolidado
Incêndio, IDT, raio e explosão de qualquer natureza	480.627	1.703.206
Alteração de valores em risco	100.000	300.000
Outras Coberturas	506.148	1.840.243

34 Transações com partes relacionadas

a. Transações e saldos

Os principais saldos de ativos e passivos assim como as transações entre partes relacionadas que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações com a Companhia e suas controladas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições e prazos usuais as de mercado para os respectivos tipos de operações.

Os mútuos com as partes relacionadas são corrigidos pela variação do CDI mais spread e o prazo de vencimento é de um ano.

Nas relações comerciais com partes relacionadas os preços são estabelecidos considerando as características e naturezas das referidas transações.

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas, contratação de serviços e aluguéis, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as Companhias do grupo estão demonstradas abaixo:

- Em 29 de janeiro de 2016 foi adquirida de Toscana II Fundo de Investimento em Participações, através da subsidiária Brainfarma Indústria Química Farmacêutica S.A., por R\$ 60.000 (sessenta milhões de reais), a totalidade das ações representativas do capital social da Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica S.A. A transação inclui uma fábrica, com licenças de funcionamento e um terreno localizados em Anápolis – Goiás.
- O contrato de aluguel com a TV Serra Dourada Ltda. é corrigido pelo IGPM – FGV, o prazo de vencimento é indeterminado.
- O contrato de aluguel com a Brainfarma Indústria Química Farmacêutica S.A. é corrigido pelo IGPM – FGV e o prazo de vencimento é 01 de maio de 2018, podendo ser prorrogado de acordo com a vontade das partes.

a.1 Nos ativos e passivos

						Controladora
						2016
Empresas	Clientes	Outros valores a receber	Mútuos a receber	Fornecedores	Outros valores a pagar	Mútuos a pagar
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	-	305	-	(63.644)	-	(175)
My - Agência Propaganda Ltda.	-	20	-	-	-	-
Brainfarma Ind. Quím. e Farmacêutica S.A.	-	-	-	(229.952)	(6.254)	(2)
Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica S.A.	-	-	-	-	-	-
Hypera Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-
Falcon Distribuidora, Armazenamento e Transporte S.A.	-	15	-	-	-	-
Nances Hodings S.A.	-	-	-	-	-	-
Active Indústria de Cosméticos S.A	-	-	-	(20)	(1.113)	(4)
Total	-	340	-	(293.616)	(7.367)	(181)

Hypermarcas S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

Consolidado						
2016						
Empresas	Clientes	Outros valores a receber	Mútuos a receber	Fornecedores	Outros valores a pagar	Mútuos a pagar
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	-	-	-	-	-	-
My - Agência Propaganda Ltda.	-	-	-	-	-	-
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	-	-	-	-	-	-
Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica S.A.	-	-	-	-	-	-
Hypera Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-
Falcon Distribuidora, Armazenamento e Transporte S.A.	-	-	-	-	-	-
Nances Hodings S.A.	-	-	-	-	-	-
Embalagens Allbox Ltda.	-	-	-	(5.612)	-	-
Macro Etiquetas e Rótulos Adesivos Ltda.	-	-	-	(574)	-	-
ICF Instituto de Ciências Farmacêuticas Ltda.	-	-	-	(4)	-	-
Gráfica e Editora Faberprint Ltda.	-	-	-	(6.807)	-	-
Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A.	-	-	-	(742)	-	-
Total	-	-	-	(13.739)	-	-

Controladora						
2015						
Empresas	Clientes	Outros valores a receber	Mútuos a receber	Fornecedores	Outros valores a pagar	Mútuos a pagar
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	-	-	-	(34.264)	(26.039)	(18)
My - Agência Propaganda Ltda.	-	21	-	-	-	-
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	25	-	-	(231.274)	(19.931)	(2)
Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica S.A.	-	36	91	-	-	-
Savoy Ind. Cosméticos S.A.	-	-	-	-	(270)	-
Embalagens Allbox Ltda.	-	-	-	-	-	-
Macro Etiquetas e Rótulos Adesivos Ltda.	-	-	-	(11)	-	-
Gráfica e Editora Faberprint Ltda.	-	-	-	-	-	-
Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-
Total	25	57	91	(265.549)	(46.240)	(20)

Consolidado						
2015						
Empresas	Clientes	Outros valores a receber	Mútuos a receber	Fornecedores	Outros valores a pagar	Mútuos a pagar
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	-	-	-	-	-	-
My - Agência Propaganda Ltda.	-	-	-	-	-	-
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	-	-	-	-	-	-
Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica S.A.	-	-	-	-	-	-
Savoy Ind. Cosméticos S.A.	-	-	-	-	-	-
Embalagens Allbox Ltda.	-	-	-	(5.457)	-	-
Macro Etiquetas e Rótulos Adesivos Ltda.	-	-	-	(350)	-	-
Gráfica e Editora Faberprint Ltda.	-	-	-	(3.206)	-	-
Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A.	-	-	-	(33)	-	-
Total	-	-	-	(9.046)	-	-

a.2 No resultado do exercício

Controladora							
2016							
Empresas	Transações		(Despesas)/Receitas Diversas			Juros s/ Mútuo	
	Vendas de mercadorias/ produto	Compras de mercadorias/ produtos	Publicidade	Aluguéis	Serviços Prestados	Despesas financeiras	Receitas financeiras
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	-	(219.837)	-	-	-	(148)	-
My - Agência Propaganda Ltda.	-	-	(9.600)	-	-	-	-
TV Serra Dourada Ltda.	-	-	(24.162)	-	-	-	-
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	-	(1.005.807)	-	(2.519)	-	(98)	-
Active Indústria de Cosméticos S.A.	-	-	-	-	-	(5)	-
Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Macro Etiquetas e Rótulos Adesivos Ltda.	-	(11)	-	-	-	-	-
Hypera Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-
Falcon Distribuidora, Armazenamento e Transporte S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Nances Hodings S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Universo Online S.A.	-	-	(7.166)	-	-	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	(66)	-	-
Total	-	(1.225.655)	(40.928)	(2.519)	(66)	(251)	-

Hypermarcas S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

Consolidado						
2016						
Empresas	Transações		(Despesas)/Receitas Diversas			Juros s/ Mútuo
	Vendas de mercadorias/ produto	Compras de mercadoria/ produtos	Publicidade	Aluguéis	Serviços Prestados	Despesas financeiras
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	-	-	-	-	-	-
My - Agência Propaganda Ltda.	-	-	-	-	-	-
TV Serra Dourada Ltda.	-	-	-	(544)	-	-
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	-	-	-	-	-	-
Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica S.A.	-	-	-	-	-	-
Hypera Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-
Falcon Distribuidora, Armazenamento e Transporte S.A.	-	-	-	-	-	-
Nances Hodings S.A.	-	-	-	-	-	-
Embalagens Allbox Ltda.	-	(35.532)	-	-	-	-
ICF Instituto de Ciências Farmacêuticas Ltda.	-	-	-	-	(760)	-
Macro Etiquetas e Rótulos Adesivos Ltda.	-	(2.709)	-	-	-	-
Gráfica e Editora Faberprint Ltda.	-	(21.491)	-	-	-	-
Universo Online S.A.	-	-	(7.166)	-	-	-
Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A.	-	(2.616)	-	-	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	(101)	-
Total	-	(62.348)	(7.166)	(544)	(861)	-

Consolidado						
2015						
Empresas	Transações		(Despesas)/Receitas Diversas			Juros s/ Mútuo
	Vendas de mercadorias/ produto	Compras de mercadoria/ produtos	Publicidade	Aluguéis	Serviços Prestados	Despesas financeiras
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	269	(1.663.750)	-	-	-	(37)
My - Agência Propaganda Ltda.	-	-	(9.600)	-	-	-
TV Serra Dourada Ltda.	-	-	(20.398)	-	-	-
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	10.501	(921.798)	-	(2.256)	-	(1)
Neolatina Comércio e Ind. Farmacêutica S.A.	-	-	-	-	-	5
Hypera Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-
Embalagens Allbox Ltda.	-	-	-	-	-	-
ICF Instituto de Ciências Farmacêuticas Ltda.	-	-	-	-	-	-
Macro Etiquetas e Rótulos Adesivos Ltda.	-	(48)	-	-	-	-
Gráfica e Editora Faberprint Ltda.	-	(414)	-	-	-	-
Universo Online S.A.	-	-	(6.196)	-	-	-
Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	-	-
Total	10.770	(2.586.010)	(36.194)	(2.256)	-	(38)

Consolidado						
2015						
Empresas	Transações		(Despesas)/Receitas Diversas			Juros s/ Mútuo
	Vendas de mercadorias/ produto	Compras de mercadoria/ produtos	Publicidade	Aluguéis	Serviços Prestados	Despesas financeiras
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	-	-	-	-	-	-
My - Agência Propaganda Ltda.	-	-	-	-	-	-
TV Serra Dourada Ltda.	-	-	(20.398)	(540)	-	-
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	-	-	-	-	-	-
Hypera Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-
Embalagens Allbox Ltda.	-	(27.081)	-	-	(1.147)	-
ICF Instituto de Ciências Farmacêuticas Ltda.	-	-	-	-	-	-
Macro Etiquetas e Rótulos Adesivos Ltda.	-	(3.142)	-	-	-	-
Gráfica e Editora Faberprint Ltda.	-	(12.931)	-	-	-	-
Universo Online S.A.	-	-	(6.196)	-	-	-
Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A.	-	(3.000)	-	-	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	(12)	-	-	-
Total	-	(46.154)	(26.606)	(540)	(1.147)	-

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores e membros dos comitês executivos. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Salários e outros benefícios de curto prazo	59.570	59.360	80.415	75.008
Honorários dos conselheiros	1.387	621	1.504	621
Pagamentos com base em ações	1.324	332	1.559	1.120
Bônus eventual *	32.763	-	33.829	-
	<u>95.044</u>	<u>60.313</u>	<u>117.307</u>	<u>76.749</u>

* Remuneração referente à alienação do negócio de Cosméticos.

35 Eventos subsequentes

Foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de fevereiro de 2017 a distribuição de dividendos intercalares aos acionistas da Companhia no valor de R\$ 378.036 (trezentos e setenta e oito milhões e trinta e seis mil), que representa R\$ 0,60 (sessenta centavos) por ação, a serem pagos em 24 de fevereiro de 2017.